

DADOS DO EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026

I – Processo Administrativo nº: 24687/2026

UASG: 929949 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

II - Data e horário:

Acolhimento das Propostas: a partir da disponibilidade do Edital no portal de Compras, 9/03/2026

Abertura da Licitação/Disputa: 4/05/2026 as 10:00h

Local: Endereço eletrônico: www.compras.gov.br

III – Objeto:

Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de assessoria técnica à SUCOP na Elaboração de Projetos de Engenharia: Infraestrutura, Contenção de Encostas, Drenagem, Construção/Recuperação de Viadutos (OAE) e projetos complementares; além de Apoio Técnico em análises de projetos e documentos técnicos, em orçamentações e/ou quaisquer outras assessorias técnicas demandadas pela Contratante que se relacionem a obras em execução ou a serem executadas pela SUCOP dentro do universo de atuação desta Superintendência.

IV – Regime de Execução/Critério de Julgamento/Modo de Disputa

Empreitada sob regime de execução indireta por preços unitários/Técnica e Preço/Fechado

V – Prazos

Execução dos Serviços: serão executados no período de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura da 1ª Ordem de Serviço e de acordo com o Cronograma Físico Financeiro.

Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da 1ª Ordem de Serviço/O.S

VI – Valor de Referência

O valor total, máximo, a ser contratado é **R\$ 9.353.081,32 (nove milhões trezentos e cinquenta e três mil oitenta e um reais e trinta e dois centavos)**

VII – Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes dos serviços contratados na presente licitação correrão por conta das verbas de Recursos do Orçamento Municipal.

VIII – Observações Gerais:

- Lote único com Ampla Participação;

- Informações (71) 3202-4331/4339 e-mail: copel.sucop@salvador.ba.gov.br

EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº. 90003/2026
Processo Administrativo nº 24687/2026

1 - PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, através da **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR–SUCOP**, torna público que, na forma do disposto no Processo nº 24687/2026, fará realizar, Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA nº 90003/2026, na forma ELETRÔNICA, com finalidade de contratação de empresa capacitada para prestação de serviços de assessoria técnica à SUCOP na Elaboração de Projetos de Engenharia: Infraestrutura, Contenção de Encostas, Drenagem, Construção/Recuperação de Viadutos (OAE) e projetos complementares; além de Apoio Técnico em análises de projetos e documentos técnicos, em orçamentações e/ou quaisquer outras assessorias técnicas demandadas pela Contratante que se relacionem a obras em execução ou a serem executadas pela SUCOP dentro do universo de atuação desta Superintendência, regendo-se a presente licitação e a adjudicação dela decorrente pelas disposições do presente Edital, pela Lei nº 14.133/2021, e pelo Decreto Municipal nº 37.611/2023, normas estas a que os licitantes se sujeitam incondicional e irrestritamente, e de acordo com as condições estabelecidas neste edital, aprovado pelo Parecer Jurídico nº 33/2026.

1.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e Preço

1.2. MODO DE DISPUTA: Fechado

2 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

Acolhimento das Propostas: a partir da disponibilidade do Edital no portal de Compras, 9/03/2026

Abertura da Licitação/Disputa: 4/05/2026 as 10:00h

Local: Portal de Compras: www.compras.gov.br

Agente de Contratação Designado: Aelson S. Queiroz - Portaria nº 30/2024

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. Contratação de empresa capacitada para prestação de serviços de assessoria técnica à SUCOP na Elaboração de Projetos de Engenharia: Infraestrutura, Contenção de Encostas, Drenagem, Construção/Recuperação de Viadutos (OAE) e projetos complementares; além de Apoio Técnico em análises de projetos e documentos técnicos, em orçamentações e/ou quaisquer outras assessorias técnicas demandadas pela Contratante que se relacionem a obras em execução ou a serem executadas pela SUCOP dentro do universo de atuação desta Superintendência, de acordo com o Edital e seus Anexos.

3.2. A fiscalização e o monitoramento ocorrerão segundo as condições e especificações previstas no Termo de Referência.

3.3. A licitação será realizada em lote único, conforme Termo de Referência.

3.4. O critério de julgamento adotado será o de Técnica e Preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.5. O modo de disputa será o Fechado.

3.6. As despesas dos serviços contratados correrão por conta das verbas decorrentes de Recursos do Orçamento Municipal: Unidade Orçamentária: 61602 SUCOP - Superintendência de Obras Públicas de Salvador; Projeto/Atividade: 15.451.0005.131800 – Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia; Natureza da Despesa: 44.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 1.500.1 - Recursos Não Vinculados de Impostos – Tesouro, 1.501.1 - Outros Recursos Não Vinculados, 1.700.1 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, 1.701.1 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados, 1.704.1 – ROYALTIES – Fundo Esp Petróleo/ Comp. Fin. Exploração Recursos Minerais- Tesouro, 1.720.1 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais – Royalties, 1.750.1 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, 1.754.1 - Recursos de Operações de Crédito, 1.755.1 – Recursos Alienação de Bens/ Ativos Adm Direta - Tesouro

4 - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no www.compras.gov.br, que permite a participação dos interessados na Concorrência, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro poderá ser iniciado no sítio www.compras.gov.br com a solicitação de chave e senha pelo interessado.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Licitação.
- 4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1 - Respeitadas às prescrições legais e as constantes deste Edital poderão participar desta licitação empresas isoladamente ou em consórcio.
- 5.2. A participação de consórcios obedecerá aos seguintes requisitos:
- 5.2.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei 14.133/2021, devendo ser apresentada a comprovação do Termo de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, com a indicação da empresa líder, subscrito pelos consorciados, atendendo as condições estabelecidas neste Edital e na Lei Federal 14.133/2021;
- 5.2.1.1. O Compromisso de Constituição do Consórcio deverá conter:
- i) indicação da empresa líder do consórcio que deverá atender às condições de liderança fixadas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021 o que ficará comprovado através da apresentação, juntamente com a documentação de habilitação, de procuração assinada pelos signatários legalmente autorizados;
 - ii) declaração da responsabilidade solidária dos seus integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente;
 - iii) declaração de que as empresas consorciadas não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia anuência da CONTRATANTE, condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmo valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato, mantendo assim as presentes condições que asseguram a habilitação do consórcio.
- 5.2.2. qualquer alteração na composição do consórcio deverá ser submetida à aprovação previa da Contratante.
- 5.2.3. A empresa líder do consórcio representará as demais consorciadas junto à CONTRATANTE em todos os atos, comunicações e avisos relacionados com a presente licitação ou com o contrato dela decorrente;
- 5.2.4. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto da licitação, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato;
- 5.2.5. A LICITANTE vencedora fica obrigada a promover, em até 30 (trinta) dias úteis antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “b” deste Edital. O termo de constituição do consórcio, assinado pelos representantes legais das empresas consorciadas, indicados nos respectivos contratos ou

estatutos sociais, deverá observar, além dos dispositivos legais, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste subitem;

5.2.5. No caso de Consórcio: Os pagamentos serão realizados diretamente ao Consórcio, não sendo permitido pagamentos diretamente às empresas que o integram

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firme e verdadeira sua proposta, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6.1. O tratamento diferenciado não será aplicado em relação à licitações que envolvam:

- a) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e
- b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.7. Da Vedação:

5.7.1. Será vedada a participação nesta licitação:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei 14.133/2021;
- e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) de empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

5.8. Como condição para participação na Concorrência, a licitante deverá confirmar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.8.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (Declaração de segmentação de faturamento);

5.8.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.8.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.8.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- 5.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 5.10. É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.
- 5.11. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial que possuam o respectivo plano de recuperação deferido e homologado judicialmente (cfr. art. 58 da lei 11.101/2005);
- 5.12. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irrevogável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto desta licitação, conforme as condições fixadas contratualmente.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.
- 6.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas.
- 6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de proposta e de julgamento, até a abertura da sessão pública;
- 6.5. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública.

6.6. Da Proposta Técnica:

- 6.6.1. A LICITANTE deverá examinar atentamente todas as instruções, modelos, termos e especificações definidos neste Edital.
- 6.6.2. A Proposta Técnica, consistirá na apresentação dos documentos, conforme especificado no Anexo A-4 deste Edital, a saber:
- a) Carta de Apresentação de Proposta Técnica
 - a1) Para efeito de **comprovação** os critérios definidos no ANEXO A-4 do Termo de Referência, integrante deste Edital.
 - a2) Para efeito de **pontuação** aplicam-se os critérios definidos no ANEXO A-4 do Termo de Referência, integrante deste Edital.
- 6.6.3. **No caso de Consórcio:** Apresentar junto a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021
- 6.6.4. A falha na apresentação de informações solicitadas ou a apresentação de documentos e propostas fora dos padrões determinados pelo Edital será de total responsabilidade da LICITANTE e poderá resultar na rejeição dos mesmos.
- 6.6.5. O julgamento da técnica deverá ser realizado por banca, designada para atribuição das notas aos quesitos do Edital.
- 6.6.6. A referida banca terá, no mínimo, 3 (três) membros, e será designada pela Autoridade Competente, com base na Lei 14.133/2021.
- 6.6.7. A banca possui a função específica de atribuir a nota para a proposta técnica. (art. 37, II, Lei 14.133/2021)

6.7 – Da Proposta de Preços:

6.7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor global (R\$);

b) Anexar documento formal da proposta, em arquivo no formato PDF:

b1) A Proposta de Preço, consistirá na apresentação dos formulários, fielmente reproduzidos e integralmente preenchidos, conforme especificado neste Edital, a saber:

i) Carta Proposta de Preço (ANEXO VII);

ii) Anexo A-1 - Planilha Geral de Preços – Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia no âmbito de atuação da SUCOP

iii) Anexo A-2 - Composição dos Encargos Sociais;

iv) Anexo A-3 - Composição do BDI para Engenharia Consultiva;

v) Dados para assinatura do contrato.

v1) Os dados para a assinatura do contrato compreendem os dados da empresa (Nome, Endereço, Telefone, E-mail, nº CNPJ, nº de Inscrição Estadual, nº de Inscrição Municipal e Dados Bancários), bem como os dados da pessoa que irá assinar o contrato (Nome, nº RG, nº CPF, nº Carteira Profissional).

v2) Os dados exigidos acima deverão vir acompanhados da Procuração Pública ou Particular que conceda os poderes necessários a assinatura do contrato, caso este seja assinado por pessoa que não seja proprietária, dirigente, sócia ou assemelhada da empresa licitante.

vi) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;

vi1) O pagamento será efetuado, exclusivamente, **junto ao banco Bradesco**, por crédito em conta corrente, indicada pelo licitante, em atendimento ao Decreto Municipal nº. 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM de 04/03/2013, pág. 5.

c) No campo Descrição/Observações deverá ser detalhado o objeto, contendo as informações às especificações, indicando, quando for o caso, prazo de validade da proposta.

A LICITANTE deverá considerar como referência os preços unitários dos itens apresentados no Anexo A-1 do Termo de Referência.

A proposta deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Toda documentação solicitada deverá ser apresentada em formato pdf, em papel timbrado da empresa e devidamente assinada.

Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital, bem como propostas alternativas;

Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante

ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

Nos preços unitários propostos pela LICITANTE deverão estar incluídos todos os custos referentes ao atendimento do escopo estabelecido no objeto desta licitação, levando em consideração, sem a elas se limitar, as condições abaixo:

Todos os tributos, taxas e outros encargos devidos e incidentes sobre o objeto do Contrato;
Despesas de mão de obra, incluindo encargos sociais e leis trabalhistas correspondentes.

6.7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.7.4. Os preços ofertados na proposta serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de envio, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

8.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3. Será desclassificada a proposta, quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

c) apresentar preço manifestamente inexequível ou que permanecer acima do preço estimado para contratação.

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que ofereçam probabilidade de certeza à suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24:00h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24:00hs (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

a) É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

b) Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta for desclassificada o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Agente de Contratação poderá suspender a sessão e somente reiniciada após decorrida 24:00h (vinte e quatro) horas da comunicação aos participantes no “chat da plataforma compras.gov.br” da nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

a) Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será verificado pelo sistema, em caso de eventual ocorrência do empate ficto, conforme o previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. PROCEDIMENTOS DE PONDERAÇÃO E DE VALORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.11.1. Não se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou inexequíveis. Isto aplica-se a mão de obra, insumos, encargos, despesas fiscais, etc.

8.11.2. As LICITANTES serão classificadas em ordem crescente de Preço Total da Proposta

8.11.3. O agente de Contratação procederá ao cálculo da “Nota da Proposta de Preço” (NP) de cada licitante, conforme definido na fórmula abaixo:

$$NP = 100 \times (A / Pp)$$

Onde:

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

$$A = (M + Vr)/2$$

M = Média dos valores classificados

Vr = Valor de Referência (orçamento)

Pp = Proposta em exame

8.11.4. NP atribuída à Proposta de preço fica limitada a 100 (cem) pontos.

8.11.5 As notas obtidas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891-ABNT- Regras de Arredondamento da Numeração Decimal

8.12. CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS LICITANTES

8.12.1. A nota classificatória final (NF) das LICITANTES será obtida de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnica e de Preço, sendo a nota de PROPOSTA TÉCNICA com peso de 70% (setenta por cento) e a nota de PROPOSTA DE PREÇO com peso de 30% (trinta por cento), totalizando um percentual de 100% (cem por cento), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = 0,70 \times NT + 0,30 \times NP$$

Onde:

NF = Nota Final da Proposta;

NT= Nota da Proposta Técnica

NP = Nota da Proposta de Preço

8.12.2. As notas obtidas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891-ABNT: Regras de Arredondamento da Numeração Decimal.

8.12.3. A classificação das LICITANTES far-se-á em ordem decrescente dos valores das notas classificatórias finais, sendo considerado vencedor a LICITANTE que obtiver a maior nota classificatória final (NF)

8.12.4. No caso de empate após a avaliação final entre duas ou mais propostas, após observado o disposto do art.60 da Lei Federal n.º 14.133 serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento nº 11.430, de 2023;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. Empresas brasileiras;

II. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

III. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.13. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado

8.14. Encerrada a análise o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021

9.2.1. SICAF;

9.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>)

9.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF ou pelo Certificado de Registro Cadastral-CRC, expedido pela Secretaria Municipal de Gestão/SEMGE da Prefeitura Municipal do Salvador, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC e dentro do prazo de validade, conforme disposto no Decreto Municipal nº 37.611/2023.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de até 24:00h (vinte e quatro horas), sob pena de inabilitação.**

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

9.8. Ressalvado o disposto no item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8.1. Na hipótese de omissão do prazo de validade das certidões de regularidade fiscal ou da certidão negativa de concordata e falência, serão acatadas aquelas com prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua expedição.

9.9. Para Comprovação da Habilitação jurídica:

9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária ou Sociedades Limitadas Unipessoais - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. Para Comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista:

9.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

9.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (art. 195, §3º da Constituição Federal), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

9.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.6. prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.11. Para Comprovação da Qualificação Econômico-Financeira

9.11.1. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

9.11.1.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.11.1.2. Fica vedada a substituição do Balanço, por Balancetes ou Balanços provisórios.

9.11.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.11.3. Somente serão habilitadas as licitantes que comprovem o Patrimônio Líquido mínimo no valor de R\$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais) correspondente até 10% do valor orçado para contratação, sendo que para a condição de participação em Consórcio será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido mínimo equivalente a R\$ 1.215.500 (um duzentos e quinze e quinhentos mil reais), correspondente ao acréscimo de 30% do valor fixado para licitante individual;

9.11.3.1 O percentual de acréscimo da exigência de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de MPes

9.11.4. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, no Balanço Patrimonial, comprovação da boa situação financeira da empresa, acompanhados da demonstração do Índice de Liquidez Geral e do Grau de Endividamento, obtidos de acordo com a fórmula à seguir discriminada¹:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL : $AC + RLP : > \text{ou} = a 1,00$

PC + ELP

GRÁU DE ENDIVIDAMENTO: $PC + ELP : < \text{ou} = a 1,00$

AT

Nota:

AC –Ativo Circulante
RLP – Realizável a Longo Prazo
PC – Passivo Circulante
ELP – Exigível Longo Prazo
AT – Ativo Total

9.12. A comprovação dos subitens 9.11.3 e 9.11.4 se dará através do Balanço Patrimonial do último Exercício Social.

9.12. Para Comprovação da Qualificação Técnica Profissional

9.12.1. Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente, devidamente atualizada: Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física.

9.12.1.1. Será dispensada a apresentação da Certidão de Registro e Quitação dos seus Responsáveis Técnicos quando o(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) constar(em) na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

9.12.2. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

9.12.2.1. A comprovação do atestado de responsabilidade técnica profissional por execução de obra ou serviço de características semelhantes, será realizada através de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico– CAT, comprovando a seguinte atestação das parcelas de maior relevância:

ITEM	SERVIÇOS
1	Projetos de Sistemas Viários Urbanos- Geometria, Terraplenagem e Pavimentação
2	Projetos de CONTENÇÃO de Encostas
3	Projetos de Micro e Macrodrenagem
4	Projetos de Travessia por método não destrutivo
5	Projetos de Obras de Arte Especiais (Ponte ou Viaduto).
6	Projetos Arquitetônico em geral
7	Projetos de Micro e Macrodrenagem
8	Projetos de Estruturas de Concreto Armado

9.12.3. Na documentação de que trata o subitem 9.12.2.1, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

¹ A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, exigidos no subitem 10.11.4, são os usualmente utilizados em todas as licitações deste Órgão. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança.

9.12.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.12.5. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos subitens 9.12.2 e 9.12.2.1 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.13. Para Comprovação da Qualificação Técnica Operacional (Empresa)

9.13.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade: Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica

9.13.2. declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

OBS.: No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos na Entidade Profissional Competente do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

9.14 – Para Comprovação de Documentos Complementares à Habilitação:

9.14.1. Apresentar a Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma de um dos modelos anexos do Decreto nº 4358 de 05/09/02, DOU de 06/09/02. (Anexo IV)

9.14.4. Apresentar a Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoas com Deficiência - PcD e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e normas específicas. (Anexo VI);

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, e somente reiniciada após decorrida 24:00h (vinte e quatro) horas da comunicação aos participantes no “chat da plataforma compras.gov.br” da nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 - DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar os documentos de habilitação, **no prazo de até 06:00h (seis) horas**, a contar da convocação do Agente de Contratação, no sistema eletrônico, devendo apresentar:

- a) Conforme item 9 - DA HABILITAÇÃO, observando, também, os documentos exigidos que constam no Termo de Referência e os Anexos do Edital;
- b) Toda a documentação de Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, apresentada pela Licitante deverá estar válida na data da Licitação, sob pena de inabilitação da Licitante irregular, resguardada a empresa na condição de ME/EPP

10.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação do licitante, feita no chat, fundamentada e antes de findo o prazo da convocação.

10.3 - No caso de Consórcio:

10.3.1. Para prova de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos;

10.3.2. Para prova de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 9.11. Da mesma forma, cada consorciado deverá apresentar a certidão indicada no subitem 9.11.2;

10.3.2.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira será permitido o somatório dos valores de cada consorciado;

10.3.2.2. O Consórcio deverá comprovar que possui patrimônio líquido, conforme o caso, em percentual estabelecido no edital além do que é exigido para o licitante individual.

10.3.2.3 O percentual de acréscimo da exigência de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de MPEs.

10.3.3. Para prova de qualificação técnico-profissional, exigida no subitem 9.12.1, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos;

10.3.3.1. A comprovação do atestado de responsabilidade técnica profissional exigida no subitem

9.12.2.1 será admitida a comprovação pelo conjunto ou isoladamente dos consorciados;

10.3.4. Para prova de qualificação técnico-operacional, exigida no subitem 9.13, cada consorciado deverá apresentar o documento;

10.3.5. Os documentos exigidos no subitem 9.14 deverão ser apresentadas por cada consorciado;

10.3.6. Os pagamentos serão realizados diretamente ao Consórcio, não sendo permitido pagamentos diretamente às empresas que o integram.

11 - DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, concedido na sessão pública, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação.

11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da disponibilização das razões do recurso no sistema, nos moldes do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 11.1. autoriza a Autoridade Superior adjudicar o objeto à licitante vencedora.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

12.1.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos, imediatamente, posteriores ao encerramento do certame.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior, caso não haja interposição de recurso ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório.

14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

As regras acerca da garantia estão estabelecidas na Minuta do Contrato, Cláusula Décima Oitava, Anexo II deste Edital.

15 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Anexo II, ou emitido instrumento equivalente.

15.2. Após a homologação/Adjudicação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do Termo de Contrato.

15.2.1. A Licitante Vencedora será convocada para assinatura do contrato, através do endereço eletrônico informado na sua “Carta Proposta”.

15.3. A Licitante vencedora assinará o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua convocação (DOM), mediante a comprovação:

- a) da Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, e
- b) da Regularidade no Cadastro Informativo Municipal/CADIN (art. 34, da Lei Municipal nº 8421/2013)

15.4. No caso de Consórcio, fica obrigado a promover, em até 30 (trinta) dias, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

15.5. A Licitante vencedora que deixar de comparecer para assinatura do contrato, no prazo estabelecido acima, sem justificativa fundamentada em força maior ou caso fortuito, devidamente comprovada, decairão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Legislação que rege a matéria.

15.6. O prazo de vigência da contratação será em conformidade ao Item 12 do Termo de Referência.

15.7. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF ou Tribunal de Contas da União (Consulta Consolidada), por meio do link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como será precedida de consulta ao CAFIMP ou CADIN.

15.7.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.7.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.10. Requisitos da Contratação:

15.10.1. A Licitante Vencedora deverá apresentar os seguintes documentos quando convocada para assinatura do Contrato:

- a) Documento de identificação do representante legal, conforme atos constitutivos;
- b) Visto do CREA/CAU/BA, caso a empresa seja sediada em outro Estado da Federação;
- c) Documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista com data atualizada;
- d) Regularidade no Cadastro Informativo Municipal/CADIN (art. 34, da Lei Municipal nº 8421/2013)

15.10.2. A licitante Vencedora deverá apresentar os seguintes documentos após a assinatura do contrato:

- a) No prazo de 10 (dez) dias úteis: providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos profissionais no Conselho de Classe da região onde as obras serão realizadas, entregando uma via de cada anotação à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e outra aos profissionais mobilizados;
- b) No Prazo de 30 (trinta) dias: enviar relação de funcionários com nome e carteira de identidade e manter esta relação atualizada, comunicando as substituições ocorridas no período relativo a cada medição;
- c) Apresentar a garantia, conforme disposto na cláusula décima nona da Minuta do Contrato, anexo II.

16 - DO REAJUSTAMENTO

As regras acerca do reajustamento estão estabelecidas no TR e na Minuta do Contrato, Cláusula Nona, Anexo II deste Edital.

17 - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Os critérios da fiscalização estão estabelecidos no TR e na Minuta do Contrato, Cláusula Décima Oitava, Anexo II deste Edital.

17.2. Os critérios de recebimento e aceitação estão estabelecidos no TR e na Minuta do Contrato, Cláusula Vigésima, Anexo II deste Edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada estão estabelecidas no TR e na Minuta do Contrato, Cláusula Décima Quinta, Anexo II deste Edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da Contratante estão estabelecidas no TR e na Minuta do Contrato, Cláusula Décima Sexta, Anexo II deste Edital.

20 – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As formas de medição e de pagamento estão estabelecidas no TR e na Minuta do Contrato, Cláusulas Sétima e Oitava, Anexo II deste Edital.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 21.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. não manter a proposta;
- 21.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação;
- 21.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 21.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento;
- 21.1.10. comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 21.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após seu encerramento.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.3.2. Multa sobre o valor estimado do(s) item(s) / grupo prejudicado(s) pela conduta do licitante, conforme o caso, de acordo com o Termo de Referência;

21.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos do Decreto nº 18.484/2018.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, CRC-Municipal, CAFIMP, CEIS e CNEP;

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Lei 14.133/2021.

22 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail copel.sucop@salvador.ba.gov.br ou por petição protocolada junto a Sala da COPEL, no horário de expediente, das 08:30hs até às 12:00hs e das 13:00hs até às 16h30min, no endereço Travessa do Aquidabã, 35, Santo Antônio Além do Carmo, Salvador/BA, CEP 40301-470, em atenção ao Agente de Contratação responsável.

22.3. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço copel.sucop@salvador.ba.gov.br

22.6. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, inclusive o Termo de Referência.

22.6.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema www.compras.gov.br e/ou www.sucop.salvador.ba.gov.br -licitações-Concorrência nº 90003/2026, sem identificação de sua autoria e na forma de “CADERNO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS”, e vincularão os participantes e a administração.

22.6.2. A critério da Administração a data de entrega dos envelopes poderá ser postergada para conclusão dos cadernos, fato que será divulgado pelos mesmos canais de divulgação do Edital.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. É facultado ao Agente de Contratação ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.compras.gov.br, bem como no site www.compras.salvador.ba.gov.br (Concorrência), www.sucop.salvador.ba.gov.br (licitações) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Travessa do Aquidabã, 35, Santo Antônio Além do Carmo, Salvador/BA, CEP 40301-470, no horário de expediente, das 09:00hs até às 12:00hs e das 13:00hs

até às 16h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

23.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de habilitação.

23.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

23.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

23.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A-1 - Planilha Geral de Preços dos Serviços;

Anexo A-2 - Composição dos Encargos Sociais;

Anexo A-3 - Composição do BDI para Engenharia Consultiva;

Anexo A-4 – Critérios de Comprovação e Pontuação da Proposta Técnica;

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.

ANEXO III – DECLARAÇÕES.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

ANEXO V– DECLARAÇÃO DE ME/EPP.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

ANEXO VII – CARTA PROPOSTA

Salvador, março/2026
ORLANDO CEZAR DA COSTA CASTRO
SUPERINTENDENTE
GABINETE DO SUPERINTENDENTE
Assinatura eletrônica: 05/03/2026 18:18:27

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.	DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	4
2.	FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	4
3.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	5
4.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
4.1	Relação Contratante e Contratada	7
4.2	Condições para Prestação de Serviços.....	7
5.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	8
5.1	Elaboração de Projetos	8
5.1.1	Anteprojeto	9
5.1.2	Projeto Básico.....	9
5.1.3	Projeto Executivo	9
5.3	Atividades a Serem Desenvolvidas nas Elaboraões de Projetos	10
5.3.1	Estudos Preliminares	10
5.3.1.1	Levantamentos Topográficos, Planialtimétricos e Cadastrais.....	10
5.3.1.2	Serviços Geotécnicos.....	11
5.3.1.3	Ensaio de Caracterização e de Resistência de amostras de solo.....	14
5.3.2	Projetos de Infraestrutura e Urbanismo	14
5.3.2.1	Projeto de Terraplenagem	15
5.3.2.2	Projeto Geométrico de Vias Urbanas.....	16
5.3.2.3	Projeto Geométrico de Interseções	17
5.3.2.4	Projeto de Pavimentação	17
5.3.2.5	Projeto de Micro e Macrodrenagem Pluvial	18
5.3.2.6	Projeto de Estabilização de Encostas	23

5.3.2.7	Projeto para Estabilização de Cortes e Aterros.....	25
5.3.2.8	Projetos Estruturais em OAE E OAC.....	25
5.3.2.9	Projetos de Paisagismo/Urbanização.....	26
5.3.3	Projetos Arquitetônicos de Prédios Públicos/ Conjuntos Habitacionais e seus Complementares (Construção/ Reforma e/ou Ampliação).....	26
5.4	Apoio Técnico.....	31
5.4.1	Orçamentos e Atualização de Preços	31
5.4.1.1	Itens que deverão compor o Estudo Orçamentário.....	32
5.4.1.2	Diretrizes sobre os itens do Estudos Orçamentário.....	32
5.5	Produtos Contratados.....	31
5.5.1	Produtos da Fase de Estudos Preliminares.....	33
5.5.2	Produtos da Fase de Projeto Básico	34
5.5.3	Produtos da Fase de Projeto Executivo	34
5.6	Especificações dos Produtos	35
6.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	37
6.1	Habilitação	37
6.2	Organização Mínima Requerida da Contratada.....	37
6.3	Fiscalização dos Trabalhos da Contratada	37
6.5	Controle de Serviços	38
6.6	Responsabilidade Técnica	39
7.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	39
7.1	Medição dos Serviços	40
7.2	Reajustamento Contratual.....	40
8.	FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	42
8.1	Condições de Participação	42

8.2 Tipo/Regime de execução.....	44
8.4 Procedimentos de Ponderação e de Valoração das Propostas TÉCNICAS.....	44
8.5 Procedimentos de Ponderação e de Valoração das Propostas de PREÇOS.....	44
8.6 Classificação Final das Licitantes.....	44
9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRAÇÃO.....	46
9.1 Valor de Referência.....	46
9.2 Adequação Orçamentária	46
9.3 Prazo	46
10. ANEXOS DE REFERÊNCIA	46
ANEXO A-1 - PLANILHA GERAL DE PREÇOS - Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia no Âmbito de Atuação da SUCOP	50
ANEXO A-2 - COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAS.....	52
Anexo A-3 - COMPOSIÇÃO DO BDI PARA ENGENHARIA CONSULTIVA	54
Anexo A-4 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	57

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui Termo de Referência para a contratação de solução que atenderá à necessidade de **Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia no Âmbito de Atuação da SUCOP - Salvador/Ba**, sob regime de empreitada, preços unitários, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços.

Os trabalhos deverão ser executados de acordo com as condições especificadas neste Termo de Referência, complementadas pelas prescrições das Normas Técnicas da ABNT e DNIT pertinentes.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência definir e fixar as condições gerais e específicas a serem obedecidas para a contratação de Empresa de Engenharia para prestação de serviços de assessoria técnica à SUCOP na Elaboração de Projetos de Engenharia: Infraestrutura, Contenção de Encostas, Drenagem, Construção/Recuperação de Viadutos (OAE) e projetos complementares; além de Apoio Técnico em análises de projetos e documentos técnicos, em orçamentações e/ou quaisquer outras assessorias técnicas demandadas pela Contratante que se relacionem a obras em execução ou a serem executadas pela SUCOP dentro do universo de atuação desta Superintendência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A SUCOP tem atuação destacada no atendimento de necessidades da população de Salvador. Suas responsabilidades envolvem a execução de obras que visam criar melhorias na mobilidade da população como também a criação de novos equipamentos de infraestrutura urbana visando dotar a cidade de infraestrutura adequada aos tempos modernos. Dessa forma, a SUCOP atua executando obras de abertura de novas vias, requalificação de vias, construção e/ou renovação de praças, construção de contenções de encostas, construções/recuperações de viadutos, edificações públicas, dentre outras intervenções.

Além disso, Salvador, por seu relevo extremamente acidentado, sofre muito em períodos chuvosos, que causam frequentes escorregamentos de encostas, criando muitas situações emergenciais que necessitam de ações imediatas. Muitas destas ações requerem projetos novos e/ou apoio técnico imediato para suas correções. A SUCOP atua de forma importante no atendimento destas ocorrências.

Trata-se de um universo muito grande de atuações que apresentam porte e complexidade singulares

para a Superintendência e que exigem grande volume de expertise técnica. Esta licitação tem o objetivo de dotar a SUCOP de elementos e apoio técnico adequado ao seu corpo técnico, criando condições de prestar o melhor atendimento às necessidades da população de Salvador, seja em situações planejadas ou em situações emergenciais. Desta forma, as atividades a serem contratadas configuram-se como serviços de natureza contínua.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO-

Os serviços previstos envolvem assessoria nas Elaborações de Projetos de Engenharia e Apoio Técnico conforme acima citado.

As **Elaborações de Projetos**, os serviços a serem executados referem-se aos desenvolvimentos de anteprojetos (estudos preliminares), de projetos básicos e de projetos executivos. Os **Anteprojetos** envolvem serviços preliminares, diagnósticos de problemas e apresentação de alternativas de soluções com custos parametrizados para análise e aprovação da PMS. A fase de **Projeto Básico** envolve o desenvolvimento do projeto da alternativa a ser implantada, incluindo orçamentos e cronogramas físico e financeiro, com curva ABC, estes, com quantidades reais e custos com base em preços estabelecidos na Planilha Geral de Custos que comporá o contrato resultante desta licitação. A fase de **Projeto Executivo** envolve a finalização do projeto básico com todos os detalhamentos, especificações, cronogramas, curva ABC, etc em suas formas finais. Todas as fases deverão ser aprovadas pela SUCOP. A seu critério, único e exclusivo, **a SUCOP poderá dispensar, desde que previamente autorizada pela mesma, a exigência de fase ou fases acima descritas, permitindo supressões ou unificações das mesmas.**

O **Apoio Técnico** consiste em análises de projetos e de todo e qualquer documento técnico relacionado às especificidades acima mencionadas, incluindo-se revisões e/ou atualizações de projetos existentes, elaborações de orçamentos de serviços e cronogramas de execução de obras, dentre outras ações correlatas. Todas as ações desta natureza deverão ter aprovação final da SUCOP.

A CONTRATADA será responsável por realizar todas as atividades necessárias para atendimento dos serviços a serem executados. Em seguida são apresentadas atividades, sem se limitar às mesmas, que deverão ser desenvolvidas durante as elaborações de projetos:

- Reconhecimento de áreas das intervenções
- Levantamentos Básicos tais como:
 - ✓ Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral
 - ✓ Serviços Geotécnicos
- Elaboração de Projetos de Engenharia tais como:
 - ✓ Projeto Geométrico de vias urbanas;
 - ✓ Projeto Geométrico de Interseções;
 - ✓ Projeto de Pavimentação;
 - ✓ Projeto de Micro e Macrodrenagem;
 - ✓ Projeto de Terraplenagem;
 - ✓ Projeto de Estabilização de Encostas;
 - ✓ Projeto de Estabilização de Cortes e Aterros;
- Elaboração de Projetos Estruturais;
 - ✓ Projeto de Superestrutura em Concreto em Obras Civas;
 - ✓ Projeto de Superestrutura em Concreto em Obras de Arte Especiais (OAE);
 - ✓ Projeto de Estrutura em Concreto em Obras de Arte Correntes (OAC);
 - ✓ Projeto de Fundações;
 - ✓ Projeto de Estrutura Metálica em Obras Civas;
 - ✓ Projetos Estruturais de Reservatórios Elevados, Enterrados ou Apoiados;
- Elaboração de Estudos Hidrológicos;

- Elaboração de Especificações Técnicas;
- Elaboração de Orçamentos, Quantitativos, Análise e Atualização de Preços;
- Revisões e/ou atualizações de projetos existentes.
- Elaboração de Projetos Arquitetônicos e seus complementares:

Todos os serviços a serem elaborados deverão obedecer a planilha orçamentária e cronogramas previamente aprovados pela PMS, com quantidades, custos, especificações e prazos perfeitamente definidos. Serviços e valores deverão obedecer regimento àqueles constantes da planilha geral dos serviços que integrará o contrato que resultará desta licitação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 RELAÇÃO CONTRATANTE E CONTRATADA

A CONTRATADA deverá agir de forma integrada com a CONTRATANTE, obedecendo às relações acordadas na implementação do objeto.

A CONTRATADA deverá manter uma relação participativa, subsidiando de forma proativa na gestão, planejamento e assessoramento técnico do objeto, facilitando e apoiando a CONTRATANTE nas tomadas de decisões técnico-administrativas.

A CONTRATADA manterá, durante toda a execução dos serviços, engenheiro legalmente habilitado, na qualidade de Coordenador, com autoridade bastante para atuar em nome da CONTRATADA, a fim de garantir a boa qualidade dos serviços e facilitar as ações da CONTRATANTE.

4.2 CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- Para a execução dos serviços objeto desta Licitação, a CONTRATADA deverá estar adequadamente organizada e capacitada para exercer todas as tarefas técnicas características da natureza dos serviços ora sendo licitados.
- Deverá ter condições de alocar pessoal qualificado, em tempo hábil e em todos os níveis previstos neste Termo de Referência, partes destes, em regime permanente.
- Especialistas nas diversas modalidades requeridas para o desenvolvimento das obras deverão intervir, quando necessário ou requisitados pela CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá estar apta para atendimento, a qualquer momento, às demandas da CONTRATANTE, em assuntos concernentes ao escopo do seu trabalho e às obras de implantação do empreendimento.

- A CONTRATADA terá inteira responsabilidade quanto ao cumprimento das Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), das Especificações, Códigos e Regulamentos pertinentes ao objeto desta licitação;
- Será considerada falta grave, sujeita às penalidades cabíveis, a CONTRATADA dificultar a fiscalização dos trabalhos pela CONTRATANTE;
- São de propriedade da CONTRATANTE, independentemente de qualquer outro direito, todas as peças de trabalho executadas pela CONTRATADA, tais como, folhas de cálculo, boletins e resultados de ensaios de caracterização, memoriais, originais de desenhos, cadernetas de locação e nivelamento, seções, amarrações, inclusive cartões, rascunhos e outros documentos afins, que serão entregues à fiscalização da CONTRATANTE uma vez concluídos os serviços;
- O horário de trabalho da CONTRATADA deverá se dilatar nos setores necessários, para acompanhar o andamento dos serviços de campo, visando não prejudicar o referido andamento por deficiências de acompanhamentos da CONTRATADA, devendo esta comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tal necessidade;
- A CONTRATADA deverá manter por si e por seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a CONTRATANTE, as CONSTRUTORAS e a opinião pública em geral.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 ELABORAÇÃO DE PROJETOS

As atividades deverão objetivar a elaboração de estudos e projetos que deverão alcançar graus de detalhamentos em três estágios, de acordo com o interesse da SUCOP: Estudos Preliminares/ Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo.

De acordo com a solicitação da Contratante poderá haver supressão ou unificação de fases. A Contratante, poderá, a seu critério único e exclusivo, definir os graus de detalhamentos acima citados, que julgue procedentes.

5.1.1 Anteprojeto

Na fase de Anteprojeto deverão ser desenvolvidas atividades como as que se seguem sem se limitar às mesmas:

- Vistoria técnica de local de implantação da obra;
- Diagnóstico do problema com indicação(ões) de concepção(ões) de solução(ões) que deverão ser submetidas à análise e aprovação da contratante;
- Planejamento dos estudos de campo;
- Execução dos estudos topográficos;
- Execução dos estudos geotécnicos;
- Execução de quaisquer atividades preliminares requeridas pela natureza da obra.

As soluções propostas deverão ser acompanhadas de orçamentos parametrizados e de cronogramas de execução estimados.

5.1.2 Projeto Básico

Na fase de Projeto Básico serão desenvolvidos os projetos sobre a concepção aprovada na fase preliminar. Caso não tenha havido um estudo de concepção preliminar o projeto básico consistirá na proposição e no detalhamento da solução de engenharia em nível básico.

5.1.3 Projeto Executivo

O Projeto Executivo dará prosseguimento à fase de projeto básico incorporando todas as solicitações e críticas decorrentes da análise do produto apresentado na fase anterior, acrescentando-se os detalhes pertinentes à implantação do projeto, tais como, notas de serviço e detalhes construtivos.

5.2 APOIO TÉCNICO

O Apoio Técnico consistirá de ações de assessoria técnica à Contratante em toda e qualquer demanda desta relativa ao seu universo de obras, sejam estas em execução ou ainda em estágios de previsão ou planejamento como abaixo descritas, sem se limitar a estas:

- Revisões/atualizações de projetos existentes;
- Elaboraões de projetos alternativos para solução de interferências de campo;
- Elaboraões de orçamentos;
- Elaboração de planejamentos de obras;
- Análises de proposições de alterações de projetos;
- Análises de serviços extras;
- Análises com proposições de soluções técnicas para soluções de projetos devidas a interfaces institucionais;
- Análises de documentações técnicas relativas a projetos e obras da SUCOP.
- Laudos e Pareceres

5.3 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NAS ELABORAÇÕES DE PROJETOS

5.3.1 Estudos Preliminares

5.3.1.1 Levantamentos Topográficos, Planialtimétricos e Cadastrais

Os levantamentos topográficos, planialtimétricos e cadastrais devem ter como base o sistema de referência SIRGAS 2000.

Deverão ser cadastrados, locados e identificados todos os elementos de interesse para o projeto, interferências com elementos naturais ou com serviços e obras implantadas, caracterizadas por suas respectivas dimensões e cotas.

Deverão ser cadastrados e locados:

- Os logradouros e referências periféricas;
- Edificações, escadarias e equipamentos públicos;

- Vias pavimentadas ou não, caracterizando-se o traçado horizontal e vertical com a identificação dos raios de curvas horizontais e o greide das vias existentes;
- Elementos de drenagem existentes cadastrando-se as dimensões e cotas das geratrizes inferior e superior dos bueiros com suas alas e bocas, canaletas, sarjetas, valetas, decidas d'água, etc.;
- Nascentes, fontes, minadouros, rios, córregos, áreas embrejadas, lagos, etc;
- Os pontos singulares do relevo, talwegues, trincas no solo, afloramento de rocha, barrancos e erosões;
- Interferências com redes concessionárias com especial atenção às caixas e poços de visitas de água e de esgotos; marcos de rede de gás, de cabos óticos e redes de telefonia;
- Cota de soleira de edificações e outros elementos de interesse para a elaboração dos projetos.

O levantamento planialtimétrico deverá ser realizado de acordo com a NBR 13133 – Execução de Levantamento Topográfico, devendo ser adotado marco do IBGE para amarração de cotas e um marco de RN em cada intervenção/obra.

Os levantamentos deverão ser apresentados em meio magnético e ao menos uma via impressa em escala adequada ao perfeito entendimento do trabalho.

As plantas dos levantamentos planialtimétricos cadastrais serão apresentadas em arquivos em formato compatível com AutoCad e deverão mostrar: a malha de coordenadas com a identificação de norte e leste em cada retícula, as curvas de nível, os pontos cotados, os marcos implantados e todos os elementos cadastrados com legenda completa das representações convencionadas.

5.3.1.2 Serviços Geotécnicos

O serviço de geotecnia contemplará a execução de sondagens à percussão e sondagens á trado com a possibilidade de coleta de amostras para realização de ensaios de laboratório.

Os serviços referentes aos estudos geotécnicos destinados aos projetos rodoviários devem seguir as diretrizes estabelecidas na publicação IPR-726 do DNIT.

As sondagens destinadas ao conhecimento do subsolo dos projetos de estabilização de encostas

deverão ser realizadas de acordo com as referências normativas discriminadas a seguir e com o plano de sondagens estabelecido pelos projetistas.

As campanhas de sondagem deverão ser realizadas pela Contratada de forma a abranger adequadamente o conjunto da área de projeto, oferecendo aos projetistas as informações essenciais ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Deste modo, caberá aos profissionais especializados em geotecnia, terraplenagem, pavimentação e estruturalistas estabelecerem o posicionamento das prospecções, a profundidade, a definição de critérios geotécnicos para parada e os ensaios necessários.

Os resultados deverão ser apresentados na forma de boletins de sondagem, contendo no mínimo as seguintes informações: cota da camada impenetrável, cota da boca do furo, cota da superfície, cota das diversas camadas do subsolo, caracterização do tipo de solo de cada camada, posição do nível d'água, resultado do ensaio de penetração (SPT) a cada metro, gráfico do índice de resistência à penetração em função da profundidade. Deverá ser apresentada conjuntamente a planta de locação das sondagens realizadas com suas respectivas coordenadas.

Será responsabilidade da Contratada realizar todo e qualquer serviço, independente de sua(s) natureza(s), necessários para embasar o desenvolvimento dos projetos em suas diversas fases.

Referências Normativas:

Salvo quando indicado em contrário e/ou devidamente justificado, será obrigatória a obediência ao que prescrevem as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as Especificações Gerais de Serviços da Prefeitura Municipal do Salvador, no que couber a cada obra e/ou serviço a seguir mencionado.

Complementam esta especificação as seguintes normas:

ABNT NBR 6457	Amostras de solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
ABNT NBR 6459	Solo – Determinação do limite de liquidez;
ABNT NBR 6497	Levantamento Geotécnico – Procedimento;
ABNT NBR 6484	Execução de sondagens de simples reconhecimento dos solos;

ABNT NBR 6502	Rochas e solos;
ABNT NBR 6508	Solo – Determinação da massa específica dos grãos que passam pela peneira de 4,8mm;
ABNT NBR 7180	Solo – Determinação do limite de plasticidade;
ABNT NBR 7181	Solo – Análise granulométrica;
ABNT NBR 8044	Projeto geotécnico - Procedimento
ABNT NBR 9603	Sondagem a trado;
ABNT NBR 9604	Abertura de poço e trincheira de inspeção em solo, com retirada de amostras deformadas e indeformadas.
ABNT NBR 9813	Determinação da massa específica aparente in situ, com emprego de cilindro de cravação;
ABNT NBR 9895	Determinação do Índice de Suporte Califórnia;
ABNT NBR 11682	Estabilidade de encostas
ABNT NBR 13133	Execução de levantamento topográfico.
ABNT NBR 7250	Identificação e Descrição de Amostras de Solos Obtidas em Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos.

Sondagens a Percussão

As sondagens do subsolo deverão ser realizadas de acordo com as seguintes normas da ABNT: NBR 6484 – Execução de Sondagens de Simples Reconhecimento do Solo, NBR 7250 - Identificação e Descrição de Amostras de Solos Obtidas em Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos.

A locação em planta das sondagens deverá ser realizada pela Contratada de forma a abranger adequadamente toda a área necessária para o desenvolvimento do(s) projeto(s). A caracterização dos tipos de sondagem e ensaios e a profundidade de cada sondagem serão definidas pelos projetistas de modo com o objetivo de obter todas as informações necessárias para embasamento das análises e soluções propostas.

Os resultados deverão ser apresentados na forma de boletins de sondagem, contendo no mínimo as seguintes informações: cota da camada impenetrável, cota da boca do furo, cota da superfície, cota das diversas camadas do subsolo, caracterização do tipo de solo de cada camada, posição do nível d'água, resultado do ensaio de penetração (SPT) a cada metro, gráfico do índice de resistência a penetração em função da profundidade. Deverá ser apresentada conjuntamente a planta de locação das sondagens realizadas.

Poços de Inspeção e Coleta de Amostras Deformadas e Indeformadas

Serão programados poços de inspeção e coleta de amostras para a execução de ensaios sempre que se fizer necessário.

5.3.1.3 Ensaios de Caracterização e de Resistência de amostras de solo

De acordo com as orientações dos projetistas deverão ser realizados todos os ensaios que se fizerem necessários para o desenvolvimento dos projetos.

Os ensaios de granulometria, limites de consistência, teor de umidade e compactação e CBR serão norteados pelas NBR 7181, 7180, 6459, 7182, 6457 e 9895. A retirada de amostras deformadas, retirada de amostras indeformadas e ensaio de cisalhamento direto serão norteados pela norma D3080 da ASTM e ensaio triaxial norteado pela D2850 da ASTM.

Os ensaios de deflexão FWD, ou Falling Weight Deflectometer serão utilizados para análise de Pavimentos a serem reconstruídos, quando for solicitada pela Fiscalização, assim como a utilização da Viga Benkelman.

Os ensaios de esclerometria serão utilizados para medir a dureza superficial do concreto e/ou pedras e a sua resistência à compressão.

5.3.2 Projetos de Infraestrutura e Urbanismo

Os projetos deverão ser desenvolvidos seguindo as diversas fases: Estudo Preliminar / Diagnóstico do Problema / Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo.

A Contratante poderá, a seu critério exclusivo, optar pela dispensa e/ou unificação de fases citadas, desde que assim julgue tecnicamente justificável.

Todos os projetos executivos deverão ser apresentados com os seguintes elementos:

- 1) Memorial descritivo e de cálculo;
- 2) Documentos gráficos;
- 3) Especificações;
- 4) Quantitativos/Composição de Preços Unitários;
- 5) Planilhas Orçamentárias com Orçamento/Curva ABC;
- 6) Cronogramas Físico e Financeiro das obras.

5.3.2.1 Projeto de Terraplenagem

O projeto de terraplenagem deverá ser desenvolvido com o auxílio do software específico que possibilite a modelagem do projeto em 3D a exemplo do AutoCAD CIVIL 3D – Autodesk, do Topograph ou similar.

A apresentação do projeto de terraplenagem consistirá de um memorial descritivo e de um conjunto gráfico cujo conteúdo forneça todos os elementos necessários e suficientes para a quantificação e orçamento e para a implantação do projeto.

A apresentação do Projeto Básico de Terraplenagem deverá conter:

- ✓ Planta geral contendo os eixos estaqueados, as sondagens realizadas, taludes de corte e aterro;
- ✓ Seções transversais típicas onde aparecem os perfis de terreno, o gabarito de projeto nos níveis do terrapleno e do pavimento, informações de largura de plataforma de terraplenagem.

A apresentação do Projeto Executivo de Terraplenagem deverá conter:

- ✓ Planta geral contendo os eixos estaqueados, as sondagens realizadas, taludes de corte e aterro;
- ✓ Seções transversais típicas onde aparecem os perfis de terreno, o gabarito de projeto nos níveis do terrapleno e do pavimento, informações de largura de plataforma de terraplenagem;
- ✓ Seções transversais estaca a estaca onde aparecem os perfis de terreno, o gabarito de

projeto nos níveis do terrapleno e do pavimento, informações de distância em relação ao eixo de projeto com as respectivas cotas de terraplenagem ou de pavimentação.

5.3.2.2 Projeto Geométrico de Vias Urbanas

O projeto geométrico das vias deverá ser desenvolvido de acordo com parâmetros estabelecidos em normas e manuais técnicos apresentados pelo DNIT, salvo condições específicas em que a adoção de parâmetros especiais deve ser justificada.

O projeto deverá ser desenvolvido com o auxílio de softwares específicos a exemplo do AutoCAD CIVIL 3D – Autodesk, do Topograph ou similar, com base nos quais a geometria horizontal das vias será delineada e em sequência serão definidos os perfis de terreno, greides e seções transversais.

O projeto geométrico em fase de Projeto Básico ou de Projeto Executivo deverá ser apresentado com o seguinte conteúdo:

- ✓ Plantas representadas sobre a base topográfica em escala apropriada preferencialmente 1:250 ou 1:500, com a definição analítica de todos os elementos significativos do sistema viário. Os detalhes serão apresentados em escalas ajustadas ao perfeito entendimento das informações explicitadas;
- ✓ Para todos os eixos identificados em planta deverão ser apresentados os respectivos perfis com indicação da linha de terreno e do projeto, representando este a superfície do greide da pavimentação ou da terraplenagem no eixo da plataforma. Constarão nos perfis: as estacas numeradas a cada 20 m, as percentagens e comprimentos das rampas, o comprimento das projeções horizontais das curvas de concordância vertical (Y) e cotas do PIV, PCV e PTV de cada curva vertical;
- ✓ Nas peças gráficas que conterão a representação do projeto em planta e perfil deverão constar:
 - Os elementos de curvas tais como: PCs; PTs; Ângulo Central; Desenvolvimento, Tangentes e Raios. A representação destes dados poderá ser através de tabelas laterais desde que as curvas estejam numeradas para sua identificação;
 - As projeções dos off-sets hachurados em convenções específicas para os cortes e para os aterros;

- Perfis em escalas $H = 1:250$ e $V = 1:50$ ou $H = 1:500$ e $V = 1:100$, contendo a definição analítica dos elementos significativos;
- ✓ Deverão ser apresentadas seções transversais típicas contendo: os critérios de distribuição da superlargura e da superelevação em tangente e em curva; representação dos perfis transversais de terreno e de projeto; representação da posição do eixo projetado na seção transversal; indicação das inclinações dos taludes; os passeios; o detalhe da fixação de meio-fio; larguras de seção pavimentada, sarjetas e passeios e a largura da plataforma terraplenada; espessuras das camadas de pavimento e demais informações que a projetista julgue necessárias.

O Projeto Geométrico Executivo deverá ser compatibilizado com os projetos executivos de pavimentação, de drenagem, de contenções e estabilizações de taludes, incorporando todas as alterações pertinentes.

Na fase de Projeto Executivo serão apresentadas as notas de serviço de pavimentação.

5.3.2.3 Projeto Geométrico de Interseções

- ✓ O projeto de interseção rodoviária e/ou acessos deverá ser detalhado de acordo com as Normas e Instruções de Serviços: IS-213 (P/ projetos de interseções retornos e acessos); IS-207 (P/ estudos de traçados) e IS-208 (P/projeto Geométrico) do DNIT. Os projetos que interferem em rodovias federais ou estaduais serão submetidos à aprovação dos órgãos competentes.
- ✓ A apresentação do projeto de interseções conterá todos os elementos descritos no item anterior Projeto Geométrico de Rodovias obedecendo as mesmas fases de execução.

5.3.2.4 Projeto de Pavimentação

A elaboração do projeto de pavimentação consistirá na definição do tipo de pavimento a ser utilizado e no seu dimensionamento. A projetista desenvolverá a campanha geotécnica para a avaliação do subleito das vias a serem implantadas, assim como, das jazidas que fornecerão material para base e sub-base do pavimento projetado.

O espaçamento entre os furos de sondagem e a elaboração de ensaios admitirão as mesmas orientações especificadas pelo DNIT para Projeto Básico e Projeto Executivo de Pavimentação. Caso o

trecho em projeto seja muito curto a projetista estabelecerá a intensidade da pesquisa geotécnica para fornecer as informações necessárias ao desenvolvimento do projeto.

A apresentação do projeto deverá consistir de relatório contendo memória justificativa onde constarão:

- ✓ Dimensionamento do pavimento;
- ✓ Composição do pavimento com a definição das suas camadas e suas respectivas espessuras;
- ✓ Especificação do material que compõe cada camada;
- ✓ Seções Típicas e,
- ✓ Quantitativos dos materiais utilizados com suas respectivas distâncias médias de transportes.

Os projetos de pavimentos flexíveis e de pavimentos rígidos deverão atender as especificações e os manuais de projeto e de execução do DNIT.

5.3.2.5 Projeto de Micro e Macrodrenagem Pluvial

Projeto de Microdrenagem

O projeto de microdrenagem será desenvolvido com base em estudos hidrológicos previamente desenvolvidos e em informações geomorfológicas que propiciem as condições necessárias para determinação das contribuições de vazão a serem solucionadas.

As concepções deverão levar em consideração os conceitos previstos no Programa de Drenagem Urbana Sustentável de Salvador.

Deverão constar do projeto de drenagem os parâmetros obtidos através dos estudos hidrológicos e os critérios adotados no dimensionamento da rede de drenagem.

Para o projeto executivo de microdrenagem devem ser previstos os seguintes serviços:

- ✓ Avaliação da capacidade de condução hidráulica das pistas;
- ✓ Posicionamento e dimensionamento do número de caixas de captação;
- ✓ Projeto de galerias tubulares;

- ✓ Drenagem de proteção dos taludes de corte e aterro;
- ✓ Projeto de sarjetas;
- ✓ Detalhamento de caixas de drenagem para lançamento dos deflúvios.

Serão utilizados os detalhes dos dispositivos contidos no Caderno de Projetos da PMS (RENURB) ou do DNIT.

O projeto de microdrenagem apresentará detalhamento e compatibilidade perfeita com os correspondentes projetos de geometria, terraplenagem e pavimentação em nível de Projeto Básico ou de Projeto Executivo.

A microdrenagem será apresentada através de planilhas de dimensionamento dos dispositivos de drenagem, a indicação dos dispositivos em planta e perfil, as planilhas de quantitativos e o relatório do projeto contendo a concepção, a descrição dos dispositivos projetados, as fórmulas de dimensionamento, os parâmetros utilizados e as tabelas de localização dos dispositivos. As tabelas e plantas apresentadas conterão informações suficientes para a implantação dos dispositivos projetados.

Projeto de Macrodrenagem

O projeto de macrodrenagem será desenvolvido com base em estudos hidrológicos previamente desenvolvidos e em informações geomorfológicas que propiciem as condições necessárias para determinação das contribuições de vazão a serem solucionadas.

As concepções deverão levar em consideração os conceitos previstos no Programa de Drenagem Urbana Sustentável de Salvador.

Para os projetos de macrodrenagem em fase de Projeto Básico serão previstos os seguintes serviços:

- ✓ Análise técnica e econômica de alternativas das soluções possíveis;
- ✓ Escolha da melhor solução para macrodrenagem;
- ✓ Dimensionamento da melhor solução;
- ✓ Análise de remansos e singularidades;

- ✓ Análise do corpo receptor;
- ✓ Detalhamento dos dispositivos;
- ✓ Quantitativos.

Para os projetos de macrodrenagem em fase de Projeto Executivo serão previstos os seguintes serviços:

- ✓ Detalhamento da melhor solução para macrodrenagem estabelecida na fase de Projeto Básico;
- ✓ Dimensionamento;
- ✓ Análise de remansos e singularidades;
- ✓ Análise do corpo receptor;
- ✓ Detalhamento dos dispositivos;
- ✓ Quantitativos.

A macrodrenagem será apresentada através de planilhas de dimensionamento dos dispositivos de drenagem, a indicação dos dispositivos em planta e perfil, as planilhas de quantitativos e o relatório do projeto contendo a concepção, a descrição dos dispositivos projetados, as fórmulas de dimensionamento, os parâmetros utilizados e as tabelas de localização dos dispositivos. As tabelas e plantas apresentadas conterão informações suficientes para a implantação dos dispositivos projetados.

O projeto de macrodrenagem apresentará detalhamento e compatibilidade perfeita com os correspondentes projetos de geometria, terraplenagem e pavimentação em nível de Projeto Básico ou de Projeto Executivo.

Estudos Hidrológicos

Os estudos hidrológicos serão desenvolvidos com os seguintes objetivos:

- ✓ Caracterizar da climatologia local visando o planejamento da execução da obra;

- ✓ Análise das chuvas intensas para determinação das curvas de Intensidade x Duração x Frequência;
- ✓ Definição dos parâmetros essenciais para o cálculo das vazões contribuintes, bacias, dragagem se necessária, etc.;
- ✓ Determinação de vazões para dimensionamento das obras de drenagem;

Os períodos de recorrência deverão ser fixados para cada obra a ser projetada ou verificada

- ✓ Obras de drenagem superficial;
- ✓ Bueiros;
- ✓ Pontes.

Os valores a serem adotados para tempo de recorrência são os seguintes:

- ✓ Drenagem superficial - 10 anos;
- ✓ Bueiros como canal - 15 a 25 anos;
- ✓ Bueiros como orifício - 50 anos;
- ✓ Pontes -100 anos.

Obs.: Para bacias com áreas superiores a 1.000 km² será exigido um estudo especial para fixação do tempo de recorrência. Em casos particulares outros tempos de recorrência poderão ser adotados e justificados.

O tempo de concentração das bacias deverá ser avaliado a partir dos seguintes elementos:

- ✓ Área da bacia;
- ✓ Comprimento e declividade do talvegue principal;
- ✓ Forma de bacia;
- ✓ Recobrimento vegetal;

- ✓ Outros;
- ✓ Uso da terra.

A metodologia ficará a cargo da Projetista, mas deverá ser aprovada previamente pela SUCOP. Para as obras de drenagem superficial, será adotado o tempo de concentração igual a 5 minutos.

Os coeficientes de permeabilidade deverão ser fixados após análise da utilização das áreas à montante.

As descargas das bacias deverão ser calculadas utilizando-se os seguintes critérios:

- ✓ As bacias com áreas inferiores a 10 km², pelo método racional;
- ✓ As bacias com áreas superiores a 10 km², pelo método do hidrograma ou similar;
- ✓ Para essas duas famílias de bacias, a descarga deve ser verificada pela equação da continuidade associada à fórmula de Manning;
- ✓ Devem ser apresentadas tabelas com os respectivos coeficientes de permeabilidade.

Obs. Os estudos hidrológicos efetuados deverão fornecer dados conclusivos e suficientes para desenvolvimento do projeto. A apresentação do estudo hidrológico constará em relatório técnico anexado ao memorial descritivo do projeto e consistirá de:

- ✓ Texto com exposição do estudo realizado;
- ✓ Tabelas e gráficos dos resultados obtidos;
- ✓ Texto sintetizando as recomendações feitas;
- ✓ Mapa na escala 1:100.000 destacando a rede hidrográfica básica compreendida no projeto, com todas as bacias demarcadas, além da localização do trecho em estudo.

5.3.2.6 Projeto de Estabilização de Encostas

Anteprojeto

Nessa fase será realizada a vistoria técnica do local de implantação da intervenção e desenvolvido o diagnóstico preliminar da situação. Será elaborado o relatório da vistoria técnica, e feita a programação preliminar das investigações geotécnicas e do levantamento topográfico.

Com base no levantamento de informações disponíveis deve ser apresentado, para cada alternativa técnica viável, anteprojeto (desenho conceitual preliminar) juntamente com orçamento parametrizado e cronograma estimado do prazo de execução das obras.

Caberá à Contratante a decisão sobre que alternativa adotar. A SUCOP poderá optar pelo desenvolvimento de projetos básicos para mais de uma das alternativas apresentadas, visando ter melhores parâmetros técnicos para embasar a decisão final de qual das opções adotar.

Projeto Básico

Esta fase corresponde ao desenvolvimento do projeto a nível pré-executivo da alternativa técnica decidida pela Contratante. Nesta fase deverá ser comprovada a alternativa adotada como a mais adequada e tecnicamente segura para a área de risco, com as respectivas justificativas.

Serão realizadas todas as análises e estudos pertinentes e elaborados todos os desenhos necessários para justificar a adoção da solução escolhida. Caso isto não ocorra, a escolha da alternativa poderá ser revista.

Nessa fase deverá ser elaborado o Relatório de Projeto Básico (R4), contemplando estudos e análises realizados, planta de locação da obra, desenho das seções transversais do modelo geotécnico, parâmetros levantados e/ou admitidos, metodologias empregadas, critérios adotados, memória dos cálculos efetuados, métodos executivos recomendados e planilha orçamentária com todos os serviços previstos para a execução das obras.

O projeto básico deverá ser apresentado com toda a documentação técnica que lhe justifique, e deve ser acompanhado de orçamento com quantidades reais e com serviços e preços oriundos da Planilha Orçamentária contratual.

Os serviços de levantamentos topográfico, planialtimétrico e cadastral, bem como, os estudos geotécnicos, deverão ocorrer durante as fases de Anteprojeto e de Projeto Básico.

O levantamento topográfico cadastral a ser realizado deve abranger toda a área de influência do processo de instabilidade, bem como a área potencialmente atingida pela intervenção, incluindo as obras complementares.

O perímetro de cada área onde serão projetadas as intervenções deverá ser georreferenciado. Deverão ser cadastrados e locados todos os elementos de interesse para o projeto.

As sondagens do subsolo, coleta de amostras, os ensaios e a apresentação de resultados, correspondentes aos estudos geotécnicos, serão realizados de acordo com as normas e orientações discriminadas neste Termo de Referência

Projeto Executivo

O Projeto executivo de estabilização de taludes instáveis compreenderá o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível adequado de precisão, para caracterizar a obra proposta, devidamente aprovada pelos órgãos fiscalizadores, conforme definição de Projeto Executivo previsto na Lei nº 14.133. Deverá ser desenvolvido a partir do Projeto básico aprovado e constituído das seguintes atividades obrigatórias:

- ✓ levantamentos de informações disponíveis;
- ✓ diagnóstico preliminar e pré-orçamento da provável solução;
- ✓ programação de investigações geotécnicas e de levantamento topográfico;
- ✓ concepção das soluções e elaboração de Projeto Básico;
- ✓ coletas de amostras e realização de ensaios;
- ✓ projeto executivo de estabilização de talude e drenagem superficial;
- ✓ especificações técnicas;
- ✓ quantitativos de obras e serviços;

O Projeto Executivo apresentará a solução de estabilização dos taludes considerada mais viável e aprovada pela Fiscalização através de memorial descritivo e peças gráficas contendo todos os elementos indispensáveis para a perfeita compreensão do projeto e para licitação das obras.

5.3.2.7 Projeto para Estabilização de Cortes e Aterros

As escavações para execução de projetos que mereçam um tratamento geotécnico específico serão identificadas quando os projetos de geometria e terraplenagem já estiverem com a sua concepção firmada. Consequentemente, os projetos de estabilização ou de contenção de cortes e aterros deverão ocorrer a partir da fase de projeto básico.

De acordo com as soluções possíveis é previsto o desenvolvimento das seguintes atividades:

- a. Análise de Estabilidade de Taludes;
- b. Projeto de Contenção em Solo Grampeado;
- c. Projeto de Contenção em Cortina Atirantada;
- d. Projeto de Muros de Concreto;
- e. Projeto de Muros em Alvenaria de Pedra;
- f. Projeto de Fundação de Aterro;

Projetos estruturais, quando necessários, e projetos de drenagens profundas, integram a análise de estabilidade dos projetos de estabilização.

Os projetos para estabilização de cortes e aterros devem seguir o sequenciamento Serviços Preliminares/Anteprojeto – Projeto Básico – Projeto Executivo, nas mesmas condições descritas para o item Projeto para Estabilização de Encostas, podendo ser acordadas com a SUCOP, adaptações que se comprovem pertinentes.

5.3.2.8 Projetos Estruturais em OAE E OAC

Projeto de Superestrutura em Concreto em Obras de Arte Especiais (OAE);

Os projetos de pontes e viadutos rodoviários seguirão as diretrizes, instruções de serviço e especificações do DNIT, assim como, as normas da ABNT pertinentes.

Devem ser apresentados os memoriais descritivos e os desenhos necessários à perfeita compreensão do projeto.

Projeto de Estrutura em Concreto em Obras De Arte Correntes (OAC);

Esses projetos consistirão no dimensionamento e detalhamento estrutural de estruturas drenantes tais como bueiros celulares e poços de visitas especiais.

5.3.2.9 Projetos de Paisagismo/Urbanização

Projeto Executivo

O Projeto executivo deverá apresentar plantas de locação de canteiros com detalhes construtivos e indicação de elementos urbanísticos como: pergolados, quiosques, mirantes, bancos, poste de iluminação, canteiros elevados etc. estabilização de taludes instáveis compreenderá o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível adequado de precisão, para caracterizar a obra

O projeto de plantio deverá apresentar plantas de locação e especificação qualitativa e quantitativa das espécies vegetais. A especificação qualitativa deverá listar os extratos arbóreos, arbustivos, herbáceos e palmáceas.

Deverão ser apresentadas tabelas com a denominação botânica, quantidades, espaçamentos de plantios, porte de mudas e outras informações que permitam elaboração de orçamentos dos serviços de plantio e implantação no projeto.

5.3.3 Projetos Arquitetônicos de Prédios Públicos/ Conjuntos Habitacionais e seus Complementares (Construção/ Reforma e/ou Ampliação)

Anteprojeto

Etapas onde deverão ser realizadas as reuniões preliminares para elaboração do estudo de necessidades, necessário à concepção arquitetônica da edificação, composto por: levantamento das características funcionais das atividades de cada ambiente, dimensões, equipamentos, mobiliários, etc.

Deve apresentar todas as configurações iniciais da solução arquitetônica proposta, considerando as principais exigências do programa de necessidades, sendo composto por um conjunto de documentos técnicos para entendimento das soluções aplicadas, já com as premissas do projeto de interiores, com os seguintes produtos a serem entregues:

- ✓ Pranchas de desenhos do desenvolvimento do projeto, com no mínimo: plantas baixas de todos pavimentos com cotas gerais, planta layout, planta de implantação geral, perspectivas externas e internas;

Projeto Básico

Etapa intermediária do projeto, que consiste na configuração definitiva do projeto arquitetônico a partir da aprovação da etapa anterior. Deverá apresentar todas as informações técnicas relativas à edificação e seus componentes construtivos considerados relevantes.

Nesta etapa devem ser produzidos os elementos necessários para elaboração dos projetos complementares, assim como deverá contemplar todas as definições do projeto de interiores, já com as especificações dos mobiliários e acabamentos, como os seguintes produtos a serem entregues:

- ✓ Pranchas de desenhos do desenvolvimento do projeto, com no mínimo: planta de implantação geral; planta baixa com cotas de todos pavimentos, planta layout com especificação de mobiliário; planta de forro e iluminação; planta com posicionamento de tomadas, cortes (longitudinais e transversais), elevações externas (fachadas), planta de cobertura, memorial descritivo da edificação, memorial de acabamento de todos pavimentos.

Projeto Executivo e Complementares

O Projeto Executivo é o conjunto de elementos necessários e suficientes à realização do empreendimento a ser executado, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas, e compatibilização dos projetos com os seguintes produtos a serem entregues:

- ✓ Todos os itens da etapa anterior revisados e detalhados;
- ✓ Detalhes nas pranchas do desenvolvimento dos projetos básicos, com no mínimo: paginação de piso, ampliação detalhada das áreas molhadas (banheiros, cozinhas, etc.:), detalhe das

esquadrias (portas e janelas). E demais detalhes necessários ao bom entendimento do projeto.

- ✓ Pranchas do projeto de interiores com as vistas internas dos ambientes, especificações dos materiais e mobiliários, e detalhes de marcenaria (se for o caso);
- ✓ Pranchas dos projetos complementares, já compatibilizados com o projeto arquitetônico;

Os projetos complementares deverão conter um conjunto de informações e técnicas suficientes para a concepção da edificação, reunindo de maneira clara e concisa todos os sistemas construtivos e instalações que compreendem o empreendimento para sua perfeita implementação.

Os detalhamentos destinam-se à representação final das informações técnicas dos edifícios e de seus elementos, instalações e componentes, completos, definitivos, necessários e suficientes à contratação e à execução dos serviços de obra correspondentes (inclusive a compatibilização dos demais projetos complementares).

São itens a serem detalhados:

- ✓ Implantação geral;
- ✓ Cortes da Implantação;
- ✓ Plantas baixas de todos os pavimentos;
- ✓ Plantas de pontos elétricos e hidráulicos;
- ✓ Plantas de Forro;
- ✓ Cortes gerais e parciais;
- ✓ Fachadas contendo detalhes de fachada;
- ✓ Detalhamento – esquadrias, acabamentos, ampliação de áreas molhadas e demais detalhes construtivos;

- ✓ Memorial descritivo.

Detalhamento dos Projetos de Engenharia:

- **Fundações**

- ✓ Forma e armação para fundações das estruturas de apoio e piscina.

- **Estruturas de Concreto**

- ✓ Forma e armação para estrutura de lajes, vigas e pilares das estruturas de apoio e da piscina.

- **Instalações Hidrossanitárias**

- ✓ Entrada de água fria a partir da rede pública existente;
- ✓ Dimensionamento dos reservatórios;
- ✓ Dimensionamento do sistema de Bombemento
- ✓ Plantas de situação com indicação dos diâmetros e interligação aos pontos de consumo e abastecimento de água fria;
- ✓ Plantas de situação com indicação dos diâmetros e interligação aos pontos de consumo e abastecimento de água quente;
- ✓ Esquemas isométricos das instalações de água fria e água quente de cada ambiente;
- ✓ Esquemas verticais de distribuição de água fria e de água quente;
- ✓ Traçado e detalhamento do sistema de esgoto dos prédios e sua interligação à rede coletora;
- ✓ Plantas de situação com indicação dos diâmetros e declividades da rede de esgoto;
- ✓ Esquemas verticais das redes de esgoto;
- ✓ Traçado e detalhamento do sistema de captação de água pluvial dos prédios, do entorno da piscina e da área externa e sua interligação à rede coletora;
- ✓ Plantas de situação com indicação dos diâmetros e declividades da rede de água pluvial;

- ✓ Memoriais descritivos e de Memoriais de cálculo;
- **Instalações de Combate a Incêndios**
 - ✓ Dimensionamento das reservas de água para hidrantes;-Traçado das redes de água para hidrantes;
 - ✓ Plantas de situação com o posicionamento de caixas de mangueira e extintores manuais;
 - ✓ Memoriais descritivos;
 - ✓ Memoriais de cálculo;
- **Instalações Elétricas**
 - ✓ Entrada de energia em média tensão;
 - ✓ Subestação transformadora;
 - ✓ Traçado e dimensionamento dos alimentadores de média tensão;
 - ✓ Dimensionamento e diagrama unifilar do quadro geral de baixa tensão;
 - ✓ Traçado e dimensionamento dos alimentadores de baixa tensão;
 - ✓ Iluminação externa incluindo piscina, jardins, estacionamento e acessos;
 - ✓ Iluminação interna e Iluminação de emergência;
 - ✓ Tomadas de uso geral e específicas;
 - ✓ Alimentação de equipamentos de ar condicionado;
 - ✓ Sistema de aterramento e Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
 - ✓ Layout dos quadros de distribuição, diagramas unifilares, tabelas de cargas;
 - ✓ Memoriais descritivos;
 - ✓ Memoriais de cálculo;

- **Sistema de Ar Condicionado, Ventilação Mecânica e Exaustão**
 - ✓ Detalhamento dos sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão;
- **Sistemas Especiais de Dados e Lógica.**
 - ✓ Detalhamento dos sistemas de infra-estrutura em dutos secos incluindo: Rede telefônica externa; Pontos para voz e dados; Antena coletiva de TV e TV a cabo; Detecção e alarme de incêndio; Memoriais descritivos.

5.4 APOIO TÉCNICO

O Apoio Técnico consistirá de ações de assessoria técnica à Contratante em toda e qualquer demanda desta relativa ao seu universo de projetos, sem se limitar a estas:

- Revisões/atualizações de projetos existentes;
- Elaborações de projetos alternativos para solução de interferências de campo;
- Elaborações de orçamentos;
- Elaboração de planejamentos de obras;
- Análises de proposições de alterações de projetos;
- Análises de serviços extras;
- Análises com proposições de soluções técnicas para soluções de projetos devidas a interfaces institucionais;
- Análises de documentações técnicas relativas a projetos e obras da SUCOP.

5.4.1 Orçamentos e Atualização de Preços

Os serviços de orçamentos a serem elaborados pela contratada referir-se-ão aos novos projetos desenvolvidos, a projetos existentes que precisem ser orçados, ou mesmo, a revisões/atualizações de orçamentos de projetos antigos.

Conforme recomendação do TCU, o orçamento-base de uma licitação tem como objetivo servir de paradigma para a Administração Pública fixar os critérios de aceitabilidade de preços, total e unitários.

Na elaboração do orçamento detalhado de uma obra, é preciso:

- conhecer os serviços necessários para a exata execução da obra, que constam dos projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas;
- levantar com precisão os quantitativos desses serviços;
- calcular o custo unitário dos serviços;
- calcular o custo direto da obra;
- determinar a taxa de Benefício e Despesas Indiretas (BDI)

5.4.1.1 Itens que deverão compor o Estudo Orçamentário

- ✓ Planilha Orçamentária com os custos indiretos da obra e custos diretos (Modelo Anexo M-1)
- ✓ Composição Analítica de Preços Unitários não tabelados (Modelo Anexo M-2)
- ✓ Curva ABC de Insumos
- ✓ Curva ABC de Serviços
- ✓ Composição do BDI (Modelo Anexo M-3)
- ✓ Memorial de Cálculo de Quantitativos
- ✓ Mapa de Cotação com ao menos 03 fornecedores de matérias e/ou serviço
- ✓ Mapas de DMT (para descartes de entulhos; agregados; asfalto)

5.4.1.2 Diretrizes sobre os itens do Estudos Orçamentário

- ✓ A Planilha Orçamentária deverá ser itemizada levando em consideração a sequência e planejamento da obra, objetivando o acompanhamento claro e objetivo por parte da fiscalização no momento de sua execução.
- ✓ Os serviços apresentados deverão ser fundamentados em **Memórias de Cálculos de Quantitativos** de obras e serviços, materiais e bens de consumo, levantados a partir dos conteúdos dos projetos (desenhos, memorial de cálculo e memorial descritivo), não sendo admitidas apropriações genéricas ou imprecisas, bem como a inclusão de itens sem previsão

em projeto.

- ✓ Os orçamentos deverão ser elaborados a partir de composições de custos unitários menores ou iguais à de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – **SINAPI/ SICRO** em regime de preços **NÃO DESONERADOS**, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal ou pelo DNIT, referentes ao último mês disponível nas datas das emissões dos orçamentos.
- ✓ Na ausência de serviços nas Tabelas de Referência SINAPI/ SICRO, deverão ser observadas outras Tabelas com **ORSE/ EMBASA.**, salvaguardando a prioridade daquelas primeiras.
- ✓ Não serão aceitas planilhas que contenham unidades referenciadas como **“verba”**.
- ✓ Para os insumos em que forem utilizados preços advindos de pesquisa de mercado, deverão ser apresentadas ao menos, **03 cotações realizadas**, admitindo-se **o preço mínimo ou mediana**, a ser definido pela Fiscalização.
- ✓ Deverão ser apresentadas composições de BDI e de Encargos Sociais seguindo os mesmos parâmetros adotados no pela SUCOP.
- ✓ Para serviços não tabelados, deverão ser elaboradas composições de custo dos preços unitários, com **indicação da base de referência dos seus índices, ou justificativa dos mesmos**.
- ✓ Na elaboração do orçamento deverão ser observadas as seguintes recomendações: Administração Local = 5% (cinco por cento) e Serviços Iniciais (4%).

5.5 PRODUTOS CONTRATADOS

5.5.1 Produtos da Fase de Estudos Preliminares

- **Relatório de Estudo Preliminar** - Este relatório destina-se a apresentação do diagnóstico do problema, da concepção de soluções e será apresentado quando for pertinente. Este produto consistirá de um descritivo técnico da situação avaliada, dos dados disponíveis e dos desenhos que se fizerem necessários para o perfeito entendimento da(s) proposta(s) de solução(ões) apresentada(s) (Anteprojetos). Deverão acompanhar as alternativas de soluções propostas, orçamentos parametrizados e cronogramas de prazos de execução.
- **Plano de Sondagem** - Este produto consistirá de desenho em planta contendo o

posicionamento dos furos de sondagem e todas as orientações referentes ao tipo de prospecção a ser realizada, profundidades, instruções de parada, coleta de amostras e ensaios a realizar.

- **Levantamento Topográfico** - Este produto consistirá de um relatório onde constarão: o descritivo técnico e o conjunto de plantas contendo o levantamento planialtimétrico e cadastral da área de projeto;
- **Relatório de Estudos Geotécnicos** - Este produto consistirá de um relatório onde constarão os resultados das Investigações Geológicas/Geotécnicas. Deverão constar deste relatório, os diagnósticos das situações, as alternativas técnicas originalmente propostas com os valores parametrizados e a decisão justificada da opção a ser adotada aprovada pela SUCOP.

5.5.2 Produtos da Fase de Projeto Básico

- **Relatório do Projeto Básico** - Este produto consistirá do projeto básico propriamente dito, de um descritivo técnico onde constarão os parâmetros, justificativas, metodologias de cálculo, especificações e todos os desenhos necessários para a perfeita compreensão e quantificação do projeto;
- **Relatório de Orçamento** - Este produto deverá apresentar os quantitativos e o orçamento das obras referentes ao projeto básico bem como de cronogramas físico e financeiro das obras previstas com curva ABC e memória de quantidades.

5.5.3 Produtos da Fase de Projeto Executivo

- **Relatório do Projeto Executivo** - Este produto consistirá do projeto executivo propriamente dito, de memorial descritivo do projeto com o histórico do seu desenvolvimento desde seu nascedouro, com descritivo técnico onde constarão os parâmetros, justificativas, metodologias de cálculo, especificações e todos os desenhos e detalhamentos necessários para a perfeita compreensão e quantificação do projeto e pronto para a execução das obras;
- **Relatório de Orçamento** - Este produto deverá apresentar o orçamento das obras previstas, com quantitativos e valores dos serviços a serem realizados, relativos ao

projeto executivos, incluindo Curva ABC, Memória de Quantidades e os Cronogramas físico e financeiro definitivo das obras.

5.6 ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

A contratada deverá exercer rigoroso controle de qualidade sobre informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos. O referido controle deve ser orientado para: clareza, objetividade, consistência das informações, justificativa de resultados, texto isento de erros de português, de datilografia ou digitação.

Os projetos deverão ser entregues, acompanhados das respectivas **Anotações de Responsabilidades Técnicas – ARTs**, em formato digital e em arquivos editáveis: o software CAD, na extensão “*.DWG” para os desenhos/ plantas gráficas; WORD, na extensão “*.doc” para os documentos como memoriais e afins; e EXCEL na extensão “*.xls”, gravados em CD-ROM, DVD-ROM ou PEN DRIVE, formatados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e submetidos à aprovação da Fiscalização.

A entrega das mídias deverá ser acompanhada de Ofício de Encaminhamento, enumerado, datado, assinado e com a listagem do conteúdo entregue na ocasião, em papel A4 e em meio digital no formato.DOC, conforme abaixo:

- Nome da empresa;
- CNPJ;
- Endereço;
- Telefone;
- Responsável técnico;
- Nome do projeto;
- Áreas;
- Relação de desenhos;
- Nome do arquivo;
- Controle de revisões;
- Data da última atualização.

Os projetos também deverão ser entregues **assinados digitalmente** pelos responsáveis técnicos, em arquivos PDF/A, gravados em CD-ROM, DVD-ROM ou PEN DRIVE, formatados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e submetidos à aprovação da Fiscalização.

A representação gráfica dos projetos deverá obedecer às Normas NBR 6492:1994 – Representação de projetos de arquitetura e NBR 10068:1987 – Folha de desenho – Layout e dimensões. Os

desenhos serão emitidos no formato A1 e A0. O carimbo inferior direito das folhas de desenho deve ser reservado ao carimbo destinado à legenda de titulação e numeração dos desenhos. Devem constar da legenda, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da empresa e do profissional responsável pelo projeto;
- Identificação do cliente, nome do projeto ou do empreendimento;
- Título do desenho;
- Indicação sequencial do projeto (números ou letras);
- Escalas;
- Data;
- Autoria do desenho e do projeto;
- Indicação de revisão.

Outras informações devem localizar-se próximo ao carimbo:

- Planta-chave;
- Escalas gráficas;
- Descrição da revisão (quadro com controle de revisão);
- Convenções gráficas;
- Notas gerais;
- Desenhos de referência;
- Número da ART/RRT do projeto.

A identificação do arquivo (nome) deverá estar escrita no rodapé do carimbo da planta, gravada no conteúdo do arquivo. Nos arquivos a serem entregues no formato .DWG (AutoCAD) deverão estar os seus respectivos arquivos (de fontes) de letras utilizadas. Os arquivos magnéticos (.DWG), deverão ser organizados em layers diferentes para cada elemento gráfico. Deverá ainda ser apresentada a lista de cores associadas às espessuras das penas utilizadas.

Os arquivos em PLT deverão estar acompanhados das informações relativas à configuração da plotter a ser utilizada como padrão (Parâmetros de Comunicação).

Os arquivos serão entregues no seu tamanho normal (não compactados) e organizados por áreas em subdiretórios, de acordo com os sistemas identificados no projeto (Ex.: estrutura de contenção, drenagem, etc.).

Havendo divergência entre o projeto apresentado na forma digital e o projeto impresso, prevalecerá o projeto impresso, devendo a contratada providenciar as retificações necessárias no projeto digital, às suas expensas.

Todos os projetos deverão obedecer às recomendações contidas nas Normas Técnicas da ABNT que regem o assunto, bem como a legislação municipal específica. Qualquer falha, erro e omissão detectadas serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, assim como o custo financeiro gerado pelos mesmos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, nos seguintes termos e conforme detalhado em edital de convocação:

- Habilitação jurídica, fiscal e trabalhista
- Qualificação econômico-financeira
- Qualificação técnica (conforme critérios de pontuação da proposta técnica – anexo a-4 - deste termo de referência).

6.2 ORGANIZAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA DA CONTRATADA

A Contratada deverá manter escritório, equipamentos, veículos, e instalações em geral em Salvador, devendo a sua efetiva mobilização ser compatível com o Cronograma Geral de Serviços e Plano de Trabalho.

6.3 FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA CONTRATADA

A CONTRATANTE indicará um preposto para acompanhamento dos trabalhos da CONTRATADA, que será responsável pelo recebimento, aprovação, e liberação dos produtos emitidos pela CONTRATADA.

O fiscal será designado, após assinatura do Contrato, mediante Portaria, para proceder à gestão e à fiscalização de toda execução do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SMTc Nº 01/2021;

A publicação da portaria de designação do fiscal será de responsabilidade do gestor administrativo;

O fiscal e o responsável técnico serão responsáveis por fiscalizar o efetivo cumprimento de todas as obrigações das partes contratadas e às ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

A ação ou omissão, total ou parcial da Gestão e da Fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA, no que couber, da responsabilidade na execução do contrato.

A execução dos serviços será fiscalizada pela SUCOP, afim de garantir a qualidade dos produtos, incluindo a abordagem e discussão junto à Contratada, das técnicas operacionais e processo de verificação dos requisitos de qualidade, que deverão incluir inspeções, amostragens, ensaios de laboratório e campo, visando a aceitação dos serviços.

Cabe à fiscalização, verificar se os procedimentos estão sendo cumpridos, se atendem à qualidade exigida, analisar e decidir sobre novas proposições da Contratada que visem melhorar a execução. Fazer qualquer advertência quanto a alguma falha, etc.

6.4 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO/ CONDIÇÕES DE ACEITE DE PRODUTOS

Os relatórios discriminados no item anterior deverão ser aprovados formalmente pela SUCOP através de notas técnicas.

Em qualquer época, até a aprovação final do projeto, o Contratante poderá solicitar complementações de itens constantes no escopo do termo de referência e esclarecimentos acerca do projeto em andamento, sem que haja ônus adicional à mesma.

A solicitação de reformulação dos relatórios aprovados que acarretarem custos adicionais para a contratada será objeto de aditivo de valor do contrato.

6.5 CONTROLE DE SERVIÇOS

A Contratada deverá manter quadro de controle de serviços, permanentemente atualizado, de todos os trabalhos realizados ou em andamento com:

- Para as situações já encerradas: identificação de etapas realizadas, datas de início e de término, valor do serviço, valor pago e valor a pagar, e fatos relevantes;
- Para as situações em andamento: identificação de etapas realizadas, prazo de execução, data de início e previsão de término, valor do serviço, valor pago e valor a pagar, e fatos relevantes.

6.6 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente ao presente serviço técnico de engenharia, em conformidade com a Lei vigente, devidamente expedida pelo CREA/BA.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os serviços objeto serão pagos por regime de execução indireta e empreitada por preços unitários constantes da Planilha de Preços Unitários contratual, atendida, complementarmente, as condições estabelecidas nessa Termo de Referência.

Cada serviço a ser executado deverá contar com planilha de preços e cronogramas físico e financeiro específicos previamente aprovados pela SUCOP. A planilha de preços terá que ser constituída única e exclusivamente de serviços e preços que compõem a Planilha Geral do contrato a ser firmado entre a Contratante e a Contratada. As planilhas de preços de serviços faseados em Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo, deverão expressar claramente serviços, quantidades e preços correspondentes a cada fase. Isso vale para os cronogramas físico e financeiro.

Nos casos de preços de projetos faseados, embora não exista uma regra determinante para os percentuais de cada etapa, uma distribuição de valores em torno de **30%, 50%, 20%**, com alguma tolerância justificável, para Serviços Preliminares/**Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo**, respectivamente, encontra-se dentro de limites mais comumente praticados.

Para as medições e pagamento em Projetos de Arquitetura há que se observar:

- Havendo repetição de unidades iguais em uma mesma contratação (ex. pavimentos tipo), o valor da remuneração dos projetos aplica-se apenas à primeira unidade, cabendo o pagamento de 20% do valor da primeira para cada repetição da unidade, até o limite de 10, e a partir de 10, cabendo 5% por unidade, limitando o total de 5 vezes o preço da primeira unidade.
- Para repetições de residências populares (abaixo de 50m²/unidade), as primeiras 25 unidades deverão ter custo de projeto, sem nenhum acréscimo de valor por repetição. A partir da 26ª repetição, acrescentar-se-á 1% do valor para cada unidade excedente, até o limite de 200 unidades.
- Quando a contratação se referir a um projeto padrão de equipamento comunitário (escolas, creches, postos de saúde...), para as repetições, só se pagará a implantação do mesmo, uma vez que o projeto padrão contratado será de propriedade da Contratante.

A SUCOP emitirá Ordem de Serviço para cada serviço a ser executado.

7.1 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

As medições de serviços serão elaboradas mensalmente pela CONTRATADA e terão como base os valores constantes na planilha de preços contratual, devendo ser apresentadas à CONTRATANTE para análise e aprovação. Uma vez aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal de serviços referente à mesma, contra a qual, será realizado o pagamento. Os pagamentos só serão efetuados após as aprovações dos produtos (**Item 5. deste Termo de Referência**) pela CONTRATANTE.

Os valores mensais estimados estão registrados no cronograma financeiro do empreendimento. O cronograma financeiro da CONTRATADA poderá ser revisado em função de alterações nos cronogramas de elaboração de projetos e de apoio técnico.

7.2 REAJUSTAMENTO CONTRATUAL

- Os preços contratuais serão reajustados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data base do orçamento (**OUT/2025**), pela variação do Índice de Consultoria, Supervisão e Projeto, que é sistemática e mensalmente calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação

Getúlio Vargas (FGV) e divulgados pela Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT, por meio da página Custos Referenciais constante do sítio eletrônico do DNIT na internet, **sendo o índice inicial referente a data base do orçamento.**

- Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.
- Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data base do orçamento, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.
- Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no Art. 1º F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.
- O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme Equação abaixo:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

I0

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I0 = Índice de preço verificado no mês do orçamento (**OUTUBRO/2025**)

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do Contrato de obra ou serviço a ser reajustado

- Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida, obedecendo-se os seguintes critérios:
 - se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;
 - se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.
- No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Respeitadas às prescrições legais e as constantes deste Edital, poderão participar desta licitação empresas brasileiras, **isoladamente ou em consórcio**.

A participação de consórcios obedecerá aos seguintes requisitos:

- Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei 14.133 c/c art. 37 da Lei Municipal nº 4.484/92, devendo ser apresentada a comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendendo as condições estabelecidas neste Edital e na Lei Federal no 14.133;

- O compromisso de constituição do consórcio deverá conter:
 - ✓ Declaração da responsabilidade solidária dos seus integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente;
 - ✓ Declaração de que as empresas consorciadas não alterarão a constituição ou composição do consórcio sem prévia anuência da CONTRATANTE, mantendo presentes as condições que asseguram a habilitação do consórcio, em pessoa jurídica e, de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes e ainda, indicação da empresa líder do consórcio que deverá atender às condições de liderança fixadas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133 o que ficará comprovado através da apresentação, juntamente com a documentação de habilitação, de procuração assinada pelos signatários legalmente autorizados;
- A empresa líder do consórcio representará as demais consorciadas junto à CONTRATANTE em todos os atos, comunicações e avisos relacionados com a presente licitação ou com o contrato dela decorrente;
- É vedada à participação de empresa consorciada através de mais de um consórcio ou isoladamente;
- O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto da licitação, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato;
- A LICITANTE vencedora fica obrigada a promover, em até 30 (trinta) dias antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no Edital. O termo de constituição do consórcio, assinado pelos representantes legais das empresas consorciadas, indicados nos respectivos contratos ou estatutos sociais, deverá observar, além dos dispositivos legais, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste subitem;
- No caso de consórcio, os pagamentos serão realizados diretamente a este, não sendo permitido pagamentos diretamente às empresas que o integram.

8.2 TIPO/REGIME DE EXECUÇÃO

Técnica e Preço/Empreitada sob regime de execução indireta por preços unitários, conforme art. 46, I da lei 14.133.

8.3 MODO DE DISPUTA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

Será adotado o modo de disputa FECHADO, em que as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para sua divulgação.

8.4 PROCEDIMENTOS DE PONDERAÇÃO E DE VALORAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Será atribuída pela Banca a pontuação da Proposta Técnica (NT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, segundo os critérios estabelecidos no **ANEXO A-4 - Critérios de Pontuação da Proposta Técnica integrante deste Termo de Referência**.

8.5 PROCEDIMENTOS DE PONDERAÇÃO E DE VALORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- Não se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou inexequíveis. Isto aplica-se a mão de obra, insumos, encargos, despesas fiscais, etc.
- As LICITANTES serão classificadas em ordem crescente de Preço Total da Proposta
- O agente de Contratação procederá ao cálculo da “Nota da Proposta de Preço” (NP) de cada licitante, conforme definido na fórmula abaixo:

$$NP = 100 \times (A / Pp)$$

Onde:

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

$$A = (M + Vr)/2$$

M = Média dos valores classificados

Vr = Valor de Referência (orçamento)

Pp = Proposta em exame

NP atribuída à Proposta de preço fica limitada a 100 (cem) pontos.

As notas obtidas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891-ABNT- Regras de Arredondamento da Numeração Decimal.

8.6 CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS LICITANTES

A nota classificatória final das LICITANTES será obtida de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnica e de Preço, sendo a nota de PROPOSTA TÉCNICA com peso de 70% (setenta por cento) e a nota de PROPOSTA DE PREÇO com peso de 30% (trinta por cento),

totalizando um percentual de 100% (cem por cento), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = 0,70 \times NT + 0,30 \times NP$$

Onde:

NF = Nota Final da Proposta;

NT= Nota da Proposta Técnica

NP = Nota da Proposta de Preço

- As notas obtidas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891-ABNT: Regras de Arredondamento da Numeração Decimal.
 - A classificação das LICITANTES far-se-á em ordem decrescente dos valores das notas classificatórias finais, sendo considerado vencedor a LICITANTE que obtiver a maior nota classificatória final (NF).
 - No caso de empate após a avaliação final entre duas ou mais propostas, após observado o disposto do art.60 da Lei Federal n.º 14.133 serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
 - I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - III. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento nº 11.430, de 2023;
 - IV. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I. Empresas brasileiras;
 - II. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - III. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRAÇÃO

9.1 VALOR DE REFERÊNCIA

Para o objeto deste Termo de Referência o valor é de **R\$ 9.353.081,32 (nove milhões, trezentos e cinquenta e três mil, oitenta e um reais e trinta e dois centavos)**, conforme Planilha Geral de Preços (Anexo A-1).

9.2 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos serviços contratados na presente licitação correrão por conta das verbas de Recursos do Orçamento Municipal.

9.3 PRAZO

Os serviços deverão ser iniciados até o 7º (SÉTIMO) dia útil, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço expedida pela PMS.

O prazo de execução inicialmente previsto dos serviços será de **12 (doze) meses**.

Este prazo poderá ser prorrogado em razão da natureza do objeto e quando a constante demanda municipal implicar em serviços continuados, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 106, da Lei Federal nº 14.133, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada por termo aditivo.

O contrato poderá ser renovado pelo período de 5 anos a critério da SUCOP

10. ANEXOS DE REFERÊNCIA

Os anexos abaixo listados representam as referências desta licitação no que concerne quantidades e valores de serviços, índices adotados para encargos sociais, BDI, além de prazo de execução dos trabalhos.

ANEXO A-1 -PLANILHA GERAL DE PREÇOS - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SUCOP

ANEXO A-2 -COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO A-3 - COMPOSIÇÃO DO BDI PARA ENGENHARIA CONSULTIVA

ANEXO A-4 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO A-1

PLANILHA GERAL DE PREÇOS - Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia
no Âmbito de Atuação da SUCOP

ANEXO A-1 – PLANILHA GERAL DE PREÇOS ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SUCOP

DATA BASE DAS TABELAS DE REFERÊNCIA: **DNIT (OUTUBRO/25)**

BDI = 41,55% (conforme Tabela DNIT)

ITEM	REF.	CÓDIGO	FUNÇÃO	PROFISSIONAL	UND	QUANT	P UNIT C/BDI	P TOTAL C/BDI
01				EQUIPE DE CONSULTORIA				331.449,60
01.01	DNIT 10/25	P8060	Apoio Técnico sob solicitação da SUCOP (80h/mês)	Engenheiro consultor especial	H	960,00	345,26	331.449,60
02				EQUIPE TÉCNICA SUPERIOR				6.953.802,24
02.01	DNIT 10/25	P8061	Coordenação	Engenheiro coordenador	H	2.112,00	289,22	610.832,64
02.02	DNIT 10/25	P8067	Projeto de Estabilização de Encostas, Cortes e Aterros	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.03	DNIT 10/25	P8067	Projeto Geométrico de vias urbanas e interseções	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.04	DNIT 10/25	P8067	Projeto de Pavimentação	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.05	DNIT 10/25	P8067	Projeto de Drenagem	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.06	DNIT 10/25	P8067	Projetista de OAE	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.07	DNIT 10/25	P8067	Projetista de sinalização viária	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.08	DNIT 10/25	P8067	Projetista de Terraplanagem	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.09	DNIT 10/25	P8058	Acompanhamento Ambiental	Engenheiro ambiental pleno	H	2.112,00	222,22	469.328,64
02.10	DNIT 10/25	P8067	Orçamentos	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.11	DNIT 10/25	P8067	Estudos Hidrológicos	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
02.12	DNIT 10/25	P8015	Projeto de Arquitetura	Arquiteto sênior	H	2.112,00	249,38	526.690,56
02.11	DNIT 10/25	P8067	Projetista BIM	Engenheiro de projetos sênior	H	2.112,00	253,17	534.695,04
03				EQUIPE TÉCNICA DE APOIO				1.000.074,24
03.01	DNIT 10/25	P8163	Topografia	Topógrafo	H	4.224,00	47,78	201.822,72
03.02	DNIT 10/25	P8028	Auxílio à topografia	Auxiliar de topografia	H	12.672,00	35,01	443.646,72
03.03	DNIT 10/25	P8098	Laboratório de solos	Laboratorista	H	2.112,00	46,36	97.912,32
03.04	DNIT 10/25	P8098	Laboratório de asfalto	Laboratorista	H	2.112,00	46,36	97.912,32
03.05	DNIT 10/25	P8027	Auxiliar de laboratório	Auxiliar de laboratório	H	4.224,00	37,59	158.780,16
04				EQUIPE ADMINISTRATIVA DE APOIO				367.783,68
04.01	DNIT 10/25	P8135	Secretária	Secretária	H	2.112,00	51,92	109.655,04
04.02	DNIT 10/25	P8026	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	H	2.112,00	38,32	80.931,84
04.03	DNIT 10/25	P8113	Condução Veicular	Motorista de veículo leve	H	4.224,00	41,95	177.196,80
05				DESPESAS DIVERSAS				747.076,36
05.01				EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA				
05.01.01	SUCOP	COMP.5		Microcomputador	MÊS	24,00	934,74	22.433,76
05.01.02	SUCOP	COMP.4		Locação de impressora com 2.000 impressões coloridas e 500 impressões P&B	MÊS	12,00	3.821,85	45.862,20
05.02				VEÍCULOS				
05.02.01	SUCOP	COMP.2		Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (sem motorista)	MÊS	24,00	3.961,14	95.067,36
05.03				EQUIPAMENTOS DE TOPOGRAFIA				
05.03.01	SUCOP	COMP.3		Equipamentos de Topografia	MÊS	24,00	2.859,31	68.623,44
05.04				LABORATÓRIOS (LOCAÇÃO)				
05.04.01	DNIT 10/25	B8957		Laboratório de solos	MÊS	12,00	5.211,59	62.539,08
05.04.02	DNIT 10/25	B8955		Laboratório de asfalto	MÊS	12,00	8.225,06	98.700,72
05.05				LABORATÓRIOS (LOCAÇÃO)				
05.05.01	EMBASA	E200300206		Cópias A0	UND.	1.000,00	9,91	9.910,00
05.05.02	EMBASA	E200300207		Cópias A1	UND.	2.000,00	7,08	14.160,00
05.05.03	EMBASA	E200300208		Cópias A2	UND.	500,00	4,95	2.475,00
05.06				SONDAGENS				
05.06.01	EMBASA	E200320201		Sondagem a Percussão	M	1.296,00	120,32	155.934,72
05.06.02	EMBASA	E200320102		Sondagem a trado mecânico	M	432,00	99,09	42.806,88
05.06.03	EMBASA	E200320200		Sondagem rotativa em rocha	M	48,00	883,27	42.396,96
05.06.04	EMBASA	E200320501		Mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos (capital) para sondagem a percussão	UND.	24,00	2.800,82	67.219,68
05.06.05	SUCOP	COMP.3049		Mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos para sondagem a trado	UND.	6,00	2.547,90	15.287,40
05.06.06	EMBASA	E200320513		Mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos (capital) para sondagem rotativa ou mista	UND.	3,00	1.219,72	3.659,16
TOTAL GERAL								9.400.186,12

ANEXO A-2

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO A-2.1 ITENS DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS	
GRUPO A	
1.1	INSS
1.2	SESI
1.3	SENAI
1.4	INCRA
1.5	Salário Educação
1.6	FGTS
1.7	Seguro Acidentes de Trabalho/SAT
1.8	SEBRAE
GRUPO B	
1.9	Férias
1.10	Férias sobre licença maternidade
1.11	Auxílio Enfermidade
1.12	13º Salário
1.13	Licença Paternidade
1.14	Ausência abonada
1.15	Reciclagem tecnológica
1.16	Auxílio Acidentes de Trabalho
GRUPO C	
1.17	Depósito por Rescisão sem Justa Causa
1.18	Aviso Prévio Trabalhado (90%)
1.19	Aviso Prévio Idenizado (10%)
1.20	Férias indenizadas acrescidas pelo adicional de 1/3;
1.21	Indenização Adicional
GRUPO D	
1.22	Reincidência Grupo (A) sobre Grupo (B)
1.23	Reincidência do FGTS sobre 13º Salário
1.24	Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio (idenizado e trabalhado)
ENCARGOS COMPLEMENTARES	
2.1	Vale Transporte
2.2	Auxílio Alimentação
2.3	Ferramentas manuais
2.4	EPI - Equipamento de Proteção Individual
2.5	Consultoria e Exames Médicos
ENCARGOS ADICIONAIS	
3.1	Assistência Médica odontológica
3.2	Seguro de Vida

ANEXO A-2.2 - ENCARGOS SOCIAIS CONFORME FUNÇÃO TÉCNICA						
De acordo com DNIT - Tabela 1 - Consolidação dos Custos de Mão de Obra da Engenharia Consultiva - OUT.25						
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	Und	Enc. Sociais %	Enc. Complem. %	Enc. Adicionais %	Enc. Totais %
P8060	Engenheiro consultor especial	MÊS	76,96	3,40	1,35	81,71
P8061	Engenheiro coordenador	MÊS	76,96	4,07	1,62	82,65
P8067	Engenheiro de projetos sênior	MÊS	76,96	4,71	1,86	83,53
P8058	Engenheiro ambiental pleno	MÊS	77,19	5,39	2,13	84,71
P8015	Arquiteto sênior	MÊS	76,80	4,77	1,88	83,45
P8163	Topógrafo	MÊS	77,51	33,80	11,97	123,28
P8028	Auxiliar de topografia	MÊS	77,51	55,36	18,38	151,25
P8098	Laboratorista	MÊS	77,49	35,40	12,44	125,33
P8027	Auxiliar de laboratório	MÊS	77,49	49,51	16,59	143,59
P8135	Secretária	MÊS	77,62	28,59	10,70	116,91
P8026	Auxiliar administrativo	MÊS	77,48	45,66	15,98	139,12
P8113	Motorista de veículo leve	MÊS	77,05	41,31	14,19	132,55

ANEXO A-3

COMPOSIÇÃO DO BDI PARA ENGENHARIA CONSULTIVA

ANEXO A-3 - COMPOSIÇÃO DO BDI PARA ENGENHARIA CONSULTIVA

De acordo com a Resolução Nº 11, 21/08/2020 - DNIT

Base Tabela 1 - BDI para Engenharia Consultiva - Ofício-Circular nº 4706/2025 (SEI DNIT nº 21705904)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERC. Sobre	PERC. Sobre CD (%)
1.00	Despesas Indiretas		
A1	Seguro e Garantia	0,10%	0,14%
A2	Riscos e Imprevistos	0,50%	0,71%
A3	Despesas Financeiras	1,07%	1,56%
A4	Administração Central	6,89%	9,74%
Total do Grupo A =		8,56%	12,14%
2.00	Benefício		
B-1	LUCRO	8,27%	11,69%
Total do Grupo B =		8,27%	11,69%
3.00	Impostos		
C-1	PIS	1,32%	1,87%
C-2	COFINS	6,08%	8,59%
C-3	ISS * (VERIFICAR A ALÍQUOTA DO MUNICÍPIO)	5,00%	7,26%
Total do Grupo C =		12,40%	17,72%
Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I) =		29,23%	41,55%

Nota: Os percentuais atribuídos ao PIS e COFINS para engenharia consultiva, atenderam o recomendado pelo TCU em sua publicação - ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS (pag.104 e 105) > "... recomenda-se adotar um percentual de compensações de 20%, resultando em uma alíquota efetiva de Cofins de 6,08% ($6,08\% = 7,60\% \times 0,8$). Da mesma forma, a alíquota de PIS sugerida é de 1,32% ($1,65\% \times 0,8$)."

ANEXO A-4

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO A-4 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1. DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A Nota Técnica será a média ponderada das notas atribuídas conforme os pesos anteriormente definidos, expressos em dois decimais, obtendo-se a Nota Técnica (NT), conforme expressão a seguir:

$$NT = ((CP \times 20) + (MP \times 20) + (EE \times 30) + (ET \times 30)) / 100$$

As empresas licitantes que obtiverem Nota Técnica inferior a 7,00 (sete) pontos ou notas parciais (CP, MP, EE e ET) inferiores a **6,0 (seis) pontos**, serão automaticamente desclassificadas.

A classificação das propostas será por ordem crescente, a partir da maior Nota Técnica.

1.1 Conhecimento do Problema – CP – Peso = 2,00

Item	Elementos a serem avaliados	Pontuação Máxima
01	Descrição dos estudos a serem realizados e seus objetivos	7
02	Aspectos relevantes, problemas potenciais e possíveis soluções	3
Total		10

A abordagem e a consistência das questões apresentadas serão pontuadas com a aplicação de percentual sobre a pontuação máxima estabelecida ao quesito, mediante o seguinte critério:

Critério	%
Conhece Plenamente	100%
Conhece Satisfatoriamente	60%
Conhece Razoavelmente	30%
Não Conhece	0%

O grau de conhecimento decorre da avaliação do texto de cada quesito solicitado, mediante as seguintes interpretações:

Critério	Requisitos
Conhece Plenamente	Interpreta-se por “Conhece Plenamente”, quando o texto dissertativo apresenta um encadeamento lógico, de forma clara, completa, coerente e consistente, demonstrando que a Proponente tem um conhecimento profundo e abrangente dos trabalhos exigidos, total domínio das interfaces envolvidas, conhecimento profundo de empreendimentos similares e alto grau de embasamento teórico.
Conhece Satisfatoriamente	Interpreta-se por “Conhece Satisfatoriamente”, quando o texto dissertativo apresenta um encadeamento lógico, de forma clara, completa, coerente, porém, demonstra conhecimento parcial dos trabalhos exigidos, domínio superficial das interfaces envolvidas ou conhecimento das dificuldades de empreendimentos similares não adequados.
Conhece Razoavelmente	Interpreta-se por “Conhece Razoavelmente”, quando o texto dissertativo apresentado de forma clara, demonstra incoerência parcial no encadeamento lógico, pressupondo prejuízo no conhecimento para execução dos trabalhos e das interfaces envolvidas.
Não Conhece	Interpreta-se por “Não Conhece”, quando o texto dissertativo for apresentado de forma incompleta, sem clareza, imprecisa e incoerente, demonstrando conhecimento superficial dos trabalhos exigidos e consequentemente das interfaces envolvidas.

1.2 Metodologia e Plano de Trabalho – MP – Peso = 2,00

Item	Elementos a serem avaliados	Pontuação Máxima
01	Descrição da metodologia e das atividades a serem desenvolvidas	5
02	Fluxogramas das atividades	2
03	Organograma e atribuições da equipe	2
04	Recursos materiais necessários	1
Total		10

A abordagem e a consistência da metodologia apresentada serão pontuadas com a aplicação de percentual sobre a pontuação máxima estabelecida ao quesito, mediante o seguinte critério:

Critério	%
Conhece Plenamente	100%
Conhece Satisfatoriamente	60%
Conhece Razoavelmente	30%
Não Conhece	0%

Para cada requisito exigido será avaliado o grau de atendimento obtido, mediante as seguintes interpretações:

Critérios	Requisitos
Atende Plenamente	Interpreta-se que a apresentação do requisito é realizada de forma completa, clara, precisa e coerente com os serviços exigidos. Demonstra compatibilidade com as exigências técnicas e físicas. Reflete confiabilidade e viabilidade de realização dado o dimensionamento e qualificação da estrutura e equipe propostas.
Atende Satisfatoriamente	Interpreta-se que a apresentação do requisito é realizada de forma completa, clara e precisa com os serviços exigidos. Demonstra bom grau de compatibilidade com as exigências técnicas e físicas, porém, reflete médio grau de confiabilidade e viabilidade de realização dado o dimensionamento e qualificação da estrutura e equipe propostas.
Atende Razoavelmente	Interpreta-se que a apresentação do requisito é realizada de forma completa, clara, precisa, porém, incoerente com os serviços exigidos. Demonstra incompatibilidade com as exigências técnicas e físicas. Reflete baixo grau de confiabilidade e viabilidade de realização, dado o dimensionamento e qualificação da estrutura e equipe propostas.
Não Atende	Interpreta-se que a apresentação do requisito é realizada de forma incompleta, imprecisa e incoerente com os serviços exigidos. Demonstra incompatibilidade com as exigências técnicas e físicas, não refletindo confiabilidade e viabilidade de realização, dado o dimensionamento e qualificação da estrutura e equipe propostas.

1.3 Experiência da Empresa – EE – Peso = 3,00

Este item será julgado pela análise dos trabalhos, iguais ou similares ao objeto licitado, comprovados por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa

ou dos seus responsáveis técnicos, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CATs.

Serão pontuados os serviços de elaboração de Projetos Rodoviários de Geometria, Terraplenagem, Drenagem, Pavimentação, Sinalização, Projetos de Interseções Viárias, Projetos de Engenharia para Estabilização de Encostas, Projetos de Micro e Macrodrenagem, Projetos Arquitetônicos de Edificações em Geral, e projetos complementares, executados pela Empresa ou por seus Responsáveis Técnicos.

Cada trabalho comprovado através de atestado valerá 2,00 (dois) pontos.

Item	Elementos a serem avaliados	Pontuação Máxima
01	Experiência em projetos de contenção de encostas e serviços geotécnicos.	2
02	Experiência em projetos viários urbano e ou rodoviários em CBUQ e pavimento rígido	2
03	Experiência em projetos de obras de micro e macrodrenagem urbana	2
04	Experiência em projetos de obras de travessias por método não destrutivo	1
05	Experiência em projetos de OAE (pontes e/ou viadutos)	2
06	Experiência em projetos Arquitetônicos de edificações em geral	1
Total		10

1.4 Equipe Técnica de Nível Superior – Equipe Chave

Serão avaliados e pontuados os profissionais de nível superior da Equipe Técnica Chave. Cada profissional deve preencher os requisitos estabelecidos nos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h” a seguir:

- a) Coordenador Geral – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Coordenação ou Responsável Técnico em Projetos: de Sistema Viário Urbano (Geometria, Terraplenagem e Pavimentação), de Microdrenagem, de Macrodrenagem, de Obras de Arte Especiais (Ponte ou Viaduto), de Contenção de Encostas, A experiência deverá ser igual ou superior a 15 (quinze) anos de formado;
- b) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil ou Engenheiro Geólogo ou Geólogo com experiência em Projetos de contenção de encostas e Estudos Geotécnicos. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- c) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Projetos de Geométricos de vias urbanas e interseções. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- d) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Projetos de Microdrenagem, de Macrodrenagem. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- e) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Projetos de Pavimentação. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- f) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Projetos de: Obras de Infraestrutura, Obras de Artes Especiais. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- g) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Projetos de: Sinalização viária. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;

- h) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Projetos de Terraplenagem. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- i) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil ou Engenheiro Ambiental com experiência em Estudos Hidrológicos. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- j) Engenheiro Sênior – 01 Profissional - Engenheiro Civil com experiência em Orçamentos de Obra Pública. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;
- k) Engenheiro Pleno – 01 Profissional - Engenheiro Civil, Ambiental e ou Biólogo com experiência em Estudos Ambientais. A experiência deverá ser igual ou superior a 5 (cinco) anos de formado;
- l) Arquiteto Sênior – 01 Profissional - Arquiteto com experiência em Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos. A experiência deverá ser igual ou superior a 10 (dez) anos de formado;

1.5 **Experiência da Equipe – ET – Peso = 3,00**

Este item será julgado pela análise da formação e dos trabalhos realizados pela equipe, comprovados por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CATs.

0Será considerada a “Equipe Chave”, experiência e formação relacionada a seguir.

Cada trabalho comprovado através de atestado valerá 0,50 ponto.

FORMAÇÃO / FUNÇÃO	NÍVEL	EXPERIÊNCIA/TRABALHOS REALIZADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Engenheiro Coordenador (Engenheiro Civil)	Sênior	a) Projetos de Sistemas Viários Urbanos- Geometria, Terraplenagem e Pavimentação;	1,00
		b) Projetos de Contenção de Encostas;	1,00

		c) Projetos de Micro e Macro drenagem;	0,50
		d) Projetos de Travessia por método não destrutivo	0,50
		e) Projetos de Obras de Arte Especiais (Ponte ou Viaduto).	0,50
		f) Projetos Arquitetônico em geral	0,50
Engenheiro Civil	Sênior	a) Projetos de Micro e Macro drenagem;	0,50
		b) Projetos de Macro drenagem	0,50
Engenheiro Civil Ou Engenheiro Geólogo ou Geólogo	Sênior	a) Projetos de Contenção de Encostas;	0,50
		b) Estudos Geotécnicos.	0,50
Engenheiro Civil	Sênior	a) Projetos Geométrico, de Pavimentação e Terraplenagem.	1,00
Engenheiro Civil	Sênior	a) Projetos de Estruturas de Concreto Armado.	1,00
Arquiteto	Sênior	a) Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos	0,50
Engenheiro Civil, Ambiental ou Biólogo	Pleno	a) Estudos Ambientais para Implantação de Empreendimentos	0,50
Engenheiro Civil	Sênior	a) Elaboração ou Análise de Projetos de Obras de Infraestrutura;	0,50

		b) Elaboração ou Análise de Projetos de Obras de Pavimentação, Terraplenagem, Micro e Macro drenagem e Remanejamento de Interferências.	0,50
Total			10

ANEXO II

(MINUTA) CONTRATO nº /2026

Processo Administrativo nº 24687/2026

Concorrência nº 90003/2026

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Engenharia, que, entre si, celebram de um lado como CONTRATANTE a **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR - SUCOP** e, do outro, como CONTRATADA a empresa , na forma abaixo, que observam, aceitam e se obrigam a cumprir:

DAS PARTES:

A **SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO SALVADOR - SUCOP**, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Municipal, vinculada à **SEINFRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS**, com sede na Tv. do Aquidabã, 35, Santo Antônio Além do Carmo, Salvador/BA, CEP 40301-470, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.635.089/0001-16, neste ato representada pelo seu Superintendente, Sr. , inscrito no CPF/MF sob nº e empresa , pessoa jurídica de direito privado, com sede na CEP, inscrita no CNPJ/MF sob nº , neste ato representada pelo Sr. , inscrito no CPF/MF sob nº , doravante, denominados, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO LEGAL

Esta adjudicação decorre de licitação sob a modalidade Concorrência, nos termos e condições do Edital de Licitação nº 90003/2026, cujo resultado foi homologado em , pelo Superintendente, publicado no DOM nº , pág. , de , conforme consta do Procedimento Administrativo retro mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes na Lei Federal nº 14.331/2021 e Decreto Municipal nº 37.611/2023, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às determinações da SUCOP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas à execução dos serviços definidos e especificados na Cláusula Terceira – Do Objeto, sendo que sua lavratura foi, regularmente, autorizada em despacho datado de , do Superintendente, exarado no processo administrativo nº 24687/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de assessoria técnica à SUCOP na Elaboração de Projetos de Engenharia: Infraestrutura, Contenção de Encostas, Drenagem, Construção/Recuperação de Viadutos (OAE) e projetos complementares; além de Apoio Técnico em análises de projetos e documentos técnicos, em orçamentações e/ou quaisquer outras assessorias técnicas demandadas pela Contratante que se relacionem a obras em execução ou a serem executadas pela SUCOP dentro do universo de atuação desta Superintendência, empreitada sob regime de execução indireta por preços unitários, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços, de acordo com sua proposta, Edital e seus anexos, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui, integralmente, fosse reproduzida.

3.2. Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderão ocorrer, salvo quando e segundo a forma e às condições previstas na Lei Federal nº 14.331/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na forma e em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, parte integrante do edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. Dá-se ao presente o valor global de **R\$ ()**, resultante da multiplicação das quantidades de serviços constante da planilha orçamentária pelos preços unitários, propostos pelo CONTRATADO.

5.2. Encontram-se inclusos no valor supra, todos os custos necessários à prestação dos serviços contratados, tais como: impostos, taxas, contribuições previdenciárias e sociais, mão de obra e etc.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas dos serviços contratados correrão por conta das verbas decorrentes de Recursos do Orçamento Municipal: Unidade Orçamentária: 61602 SUCOP - Superintendência de Obras Públicas de Salvador; Projeto/Atividade: 15.451.0005.131800 – Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia; Natureza da Despesa: 44.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 1.500.1 - Recursos Não Vinculados de Impostos – Tesouro, 1.501.1 - Outros Recursos Não Vinculados, 1.700.1 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, 1.701.1 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados, 1.704.1 – ROYALTIES – Fundo Esp Petróleo/ Comp. Fin. Exploração Recursos Minerais- Tesouro, 1.720.1 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais – Royalties, 1.750.1 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, 1.754.1 - Recursos de Operações de Crédito, 1.755.1 – Recursos Alienação de Bens/ Ativos Adm Direta - Tesouro

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO

7.1. Os serviços objeto serão pagos por regime de execução indireta e empreitada por preços unitários constantes da Planilha de Preços Unitários contratual, atendida, complementarmente, as condições estabelecidas nessa Termo de Referência.

7.2. Cada serviço a ser executado deverá contar com planilha de preços e cronogramas físico e financeiro específicos previamente aprovados pela SUCOP. A planilha de preços terá que ser constituída única e exclusivamente de serviços e preços que compõem a Planilha Geral do contrato a ser firmado entre a Contratante e a Contratada. As planilhas de preços de serviços faseados em Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo, deverão expressar claramente serviços, quantidades e preços correspondentes a cada fase. Isso vale para os cronogramas físico e financeiro.

7.3. Nos casos de preços de projetos faseados, embora não exista uma regra determinante para os percentuais de cada etapa, uma distribuição de valores em torno de **30%, 50%, 20%**, com alguma tolerância justificável, para Serviços Preliminares/**Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo**, respectivamente, encontra-se dentro de limites mais comumente praticados.

7.4. Para as medições e pagamento em Projetos de Arquitetura há que se observar

7.4.1. Havendo repetição de unidades iguais em uma mesma contratação (ex. pavimentos tipo), o valor da remuneração dos projetos aplica-se apenas à primeira unidade, cabendo o pagamento de 20% do valor da primeira para cada repetição da unidade, até o limite de 10, e a partir de 10, cabendo 5% por unidade, limitando o total de 5 vezes o preço da primeira unidade.

7.4.2. Para repetições de residências populares (abaixo de 50m²/unidade), as primeiras 25 unidades deverão ter custo de projeto, sem nenhum acréscimo de valor por repetição. A partir da 26ª repetição, acrescentar-se-á 1% do valor para cada unidade excedente, até o limite de 200 unidades.

7.4.3. Quando a contratação se referir a um projeto padrão de equipamento comunitário (escolas, creches, postos de saúde...), para as repetições, só se pagará a implantação do mesmo, uma vez que o projeto padrão contratado será de propriedade da Contratante.

7.5. A SUCOP emitirá Ordem de Serviço para cada serviço a ser executado

7.6. Medição dos Serviços:

7.6.1. As medições de serviços serão elaboradas mensalmente pela CONTRATADA e terão como base os valores constantes na planilha de preços contratual, devendo ser apresentadas à CONTRATANTE para análise e aprovação. Uma vez aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal de serviços referente à mesma, contra a qual, será realizado o pagamento. Os pagamentos só serão efetuados após as aprovações dos produtos (Item 5. deste Termo de Referência) pela CONTRATANTE.

7.6.2. Os valores mensais estimados estão registrados no cronograma financeiro do empreendimento. O cronograma financeiro da CONTRATADA poderá ser revisado em função de alterações nos cronogramas de elaboração de projetos e de apoio técnico.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal, apurado conforme estabelecido na cláusula sétima.

8.2. Os documentos de cobrança enviados à CONTRATANTE pela CONTRATADA deverão ser encaminhados conjuntamente com os comprovantes de quitação com o INSS, o FGTS e a Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, bem como a comprovação da Regularidade no Cadastro Informativo Municipal/CADIN (art. 34, da Lei Municipal nº 8421/2013) sob pena do não pagamento.

8.3. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do documento de cobrança no protocolo da CONTRATANTE, situada na Tv. do Aquidabã, 35, Santo Antônio Além do Carmo, Salvador/BA.

8.3.1. O pagamento será efetuado, exclusivamente, junto ao banco Bradesco, por crédito na conta corrente, indicada pelo licitante, em atendimento ao Decreto Municipal nº. 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM de 04/03/2013, pág. 5.

8.4. As notas fiscais/faturas só poderão ser apresentadas à CONTRATANTE, uma vez atestadas pela fiscalização/gestão.

8.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nas medições e/ou documentos de cobrança emitidos, a CONTRATANTE notificará, por escrito a CONTRATADA para que sejam procedidas as devidas correções e o prazo será reiniciado após as devidas correções, Os documentos corrigidos deverão ser entregues no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

8.6. Do valor das faturas a serem pagas, serão deduzidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

8.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, a CONTRATANTE atualizará os valores devidos mediante a utilização de juros simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja, 0,50% (meio por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data prevista para o pagamento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

8.8. No caso de Consórcio: Os pagamentos serão realizados diretamente ao Consórcio, não sendo permitido pagamentos diretamente às empresas que o integram

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO

9.1. Os preços contratuais serão reajustados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data base do orçamento (OUT/2025), pela variação do Índice de Consultoria, Supervisão e Projeto, que é sistemática e mensalmente calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgados pela Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT, por meio da página Custos Referenciais constante do sítio eletrônico do DNIT na internet, sendo o índice inicial referente a data base do orçamento.

9.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

9.3. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data base do orçamento, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

9.4. Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

9.5. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, conforme o disposto no Art. 1º F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

9.6. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme Equação abaixo:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I0 = Índice de preço verificado no mês do orçamento (OUT/2025)

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do Contrato de obra ou serviço a ser reajustado

9.7. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem 9.6, obedecendo-se os seguintes critérios:

- a) se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;
- b) se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

9.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.9 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

9.11. O reajuste será realizado por Apostilamento

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

10.1. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrências direta ou indireta do presente contrato, ou da execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas normas aplicáveis à espécie.

10.2. O ISS devido à Fazenda Municipal, em razão do faturamento de serviços, deverá ser retido na fonte pagadora (Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ), por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, na ocasião do pagamento da fatura.

10.3. Para pagamento do ISS, prevalecerá o local da prestação dos serviços.

10.4. O CONTRATADO declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

10.5. Ficando comprovado, durante a execução do contrato, que o CONTRATADO acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso dos valores corrigidos porventura pagos ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

11.1. Da Execução dos Serviços: 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço/O.S

11.1.1. Os serviços deverão ser iniciados até o 7º (SÉTIMO) dia útil, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço expedida pela SUCOP/PMS.

11.2. Da Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço/O.S

11.3. Este prazo poderá ser prorrogado em razão da natureza do objeto e quando a constante demanda municipal implicar em serviços continuados, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 106, da Lei Federal nº 14.133, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada por termo aditivo.

11.4. O contrato poderá ser renovado pelo período de 5 anos a critério da SUCOP

11.5. O prazo previsto no subitem 11.1 só poderá ser suspenso, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e devidamente comprovado. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE, por escrito. Aceitando a CONTRATANTE as razões apresentadas esta, a seu critério, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurarem os motivos relevantes, invocados e aceitos, atribuindo-se ao Contrato, a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços.

11.4.1. Nestes casos, as partes repactuarão novos prazos para prosseguimento do Contrato.

11.5. A vigência do Contrato terá início quando da data de assinatura da 1ª Ordem de Serviço e se extinguirá pelo decurso do seu prazo, previsto nesta cláusula, quando deverá ser celebrado o Termo de Quitação e Encerramento, onde as partes darão mútua e plena quitação de todos os direitos e deveres nele previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DOS PREÇOS

12.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I) unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II) por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

12.3. Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do subitem 12.1 às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

12.4. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do subitem 12.1 o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.5. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do subitem 12.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Na execução deste contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra/serviço até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

13.1.1. Não será admitido, sob nenhuma hipótese, a subcontratação total do objeto contratado.

13.2. O contratado deverá apresentar o Termo de Subcontratação, com Planilha de Preços e Serviços a serem subcontratados;

13.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

13.4 O contratado deverá apresentar todas as certidões e documentações (HABILITAÇÃO) do subcontratado;

13.5. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

13.6. Na hipótese de ser autorizada a subcontratação o contratado diligenciará junto a subcontratante no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando solidariamente responsável, perante a Contratante, pelas obrigações assumidas pela subcontratada.

13.7. A desobediência a estes preceitos acarretará sua rescisão de pleno direito, sem prejuízo das penalidades que possam incidir sobre o contratado.

13.8 Em qualquer hipótese de permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

13.9 A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incube avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

13.10. O vínculo jurídico entre contratado e subcontratada não se estende à SUCOP, permanecendo a primeira integralmente obrigada pelo fiel e perfeito cumprimento dos serviços contratados, na forma do presente Contrato;

13.11. O contratado se compromete a fiscalizar o adimplemento, por sua subcontratada, de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias e depósitos de FGTS, apresentando sempre que solicitado pela SUCOP, a documentação comprobatória do adimplemento de tais obrigações relativas aos empregados de suas subcontratadas alocadas à prestação dos serviços objeto deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA (CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO)

14.1. A CONTRATADA obriga-se a comunicar formal e por escrito à CONTRATANTE quaisquer alterações em sua estrutura jurídico-societária, particularmente cisão, fusão ou incorporação, que impliquem modificação da empresa contratada como parte neste contrato.

14.2. Tal comunicação deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da deliberação da alteração pelo órgão competente da empresa.

14.3. Juntamente com a comunicação, a CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, no mesmo prazo, a documentação comprobatória da alteração, incluído:

- a) Ato jurídico de cisão, fusão ou incorporação, devidamente registrado na Junta Comercial;
- b) Cópia atualizado do contrato social ou do estatuto da empresa resultante;
- c) Prova da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa sucessora;
- d) Outros documentos que a CONTRATANTE considerar necessários para avaliação da situação jurídico-econômica da nova empresa.

14.4. A eficácia da alteração subjetiva dependerá da prévia anuência expressa da CONTRATANTE, que avaliará, a seu critério, se a empresa resultante apresenta condições jurídico-técnicas, econômicas, fiscais

e trabalhistas equivalentes às da CONTRATADA original, de forma a assegurar o fiel cumprimento do contrato.

14.5. A empresa sucessora permanecerá integralmente sujeita às responsabilidades, direitos e obrigações estabelecidos neste contrato, sendo a alteração da personalidade jurídica da CONTRATADA inoponível à CONTRATANTE para eximir-se das obrigações aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Executar os serviços ajustados dentro do melhor padrão de qualidade técnica, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos.

15.2. Atender às observações e reclamações da Fiscalização da CONTRATANTE concernentes à execução dos serviços.

15.3. Observar as normas internas e recomendações da CONTRATANTE, principalmente as referentes à segurança do trabalho, prevenção contra incêndio, disciplina de pessoal, entrada e saída de materiais e/ou pessoas, limpeza, conservação e higiene das dependências e instalações.

15.4. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.5. Cumprir fielmente o Contrato, de forma que os serviços avençados sejam realizados com diligência e interesse.

15.6. Assumir todos os ônus, encargos, perdas e danos, em razão da execução dos serviços, dentro do padrão técnico contratado.

15.7. Corrigir, por sua conta exclusiva, se por culpa direta e comprovada da mesma ou de seus prepostos, serviços executados que apresentarem, após sua entrega, omissões, constatadas pela CONTRATANTE.

15.8. Não ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

15.9. Assumir as despesas de Contrato, seguros legais, leis sociais e outros emolumentos incidentes sobre os serviços e pessoal.

15.10. Cumprir todas as leis federais, estaduais e municipais, inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessários ao funcionamento como empresa, inclusive a obtenção das autorizações relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que se desenvolverem.

15.11. Garantir, indenizar e proteger a CONTRATANTE contra quaisquer responsabilidades, inclusive indenizações e despesas, sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionadas com qualquer infração praticada.

15.12. Assumir total e exclusiva responsabilidade por quaisquer ônus ou encargos relacionados com prepostos e empregados utilizados na execução dos serviços, que sejam decorrentes da legislação social, previdenciária e ambiental incluídas, as indenizações por acidentes, moléstias ou outros eventos de natureza profissional.

15.12.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de determinar o desligamento imediato de qualquer integrante da equipe técnica da CONTRATADA que, a seu juízo, tenha se revelado desidioso, inapto, inconveniente ou inabilitado, ou que não mantenha conduta apropriada com companheiros, pessoal e usuários da CONTRATANTE.

15.3. Providenciar a substituição imediata de qualquer empregado seu, cuja presença seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

15.4. Assumir desde já e expressamente a responsabilidade por quaisquer ônus de danos e prejuízos que, direta ou indiretamente, vier a causar à CONTRATANTE, seus empregados ou a terceiros, por si, seus prepostos, por defeitos, erros, falhas, omissões ou outras irregularidades, na execução do objeto contratado, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal.

15.5. Apresentar à CONTRATANTE, logo após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA ou Registro Responsabilidade Técnica – RRT no CAU da região onde os serviços serão realizados

15.6. Indicar e submeter à apreciação da CONTRATANTE, no caso de comprovada necessidade de substituição de membro(s) da equipe técnica, o(s) nome(s) e os dados demonstrativos da capacitação técnica do(s) substituto(s), que deverá(ão) possuir capacitação técnica igual ou superior à dos substituídos. Aceitar o pedido de substituição de membro(s) da equipe técnica, caso a CONTRATANTE decida motivadamente por isso.

15.7. Elaboração de produtos/relatórios conforme discriminado no Termo de Referência.

15.8. Deverá prover a área destinada ao escritório no canteiro de obras, de equipamentos de informática, material de consumo e facilidades necessárias, bem como alocar o pessoal, conforme especificado no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se:

- a) Fornecer à CONTRATADA todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das especificações dos serviços, informações técnicas e dados complementares que se tornem necessários à boa realização dos serviços, colaborando no seu estudo e interpretação.
- b) Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à execução do objeto contratual;
- c) Notificar a CONTRATADA, erros ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-los ou substituí-los.
- d) Notificar, por escrito, a CONTRATADA qualquer alteração de horário, métodos de trabalho, distribuição e variação dos quantitativos dos serviços controlados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.
- e) Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações.
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- g) Conferir os serviços executados, confrontando-os com as faturas emitidas.
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual entregue em desacordo com o previsto neste contrato, justificando as razões da recusa;
- i) Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;
- j) Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- k) Realizar a elaboração do contrato e convocação do adjudicatário para assinatura;
- l) Providenciar o empenho do contrato;
- m) Promover a liquidação e pagamento das notas fiscais.
- n) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, conforme serviços prestados.
- p) Emitir a Ordem de Início do Serviço em conformidade com o objeto da licitação;
- q) Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do objeto.
- r) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador ou com as especificações deste certame.
- s) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.
- t) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto deste certame.
- u) Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, à Administração Municipal reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- v) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- w) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

- x) Cumprir as demais obrigações contidas no edital.
- y) Colocar a disposição, sem ônus para a CONTRATADA, área para instalação do seu escritório no canteiro da obra, com salas, sanitários, mobiliário, custos com consumo de energia elétrica e água potável.
- z) Aprovação de produtos/relatórios conforme discriminado no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 17.1. A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de mão de obra, necessárias à boa e perfeita execução dos serviços contratados. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados ou ainda por quaisquer prejuízos que sejam causados a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 17.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.
- 17.3. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidades caberão exclusivamente à CONTRATADA.
- 17.4. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.
- 17.5. A Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato, fica obrigada a apresentar o “Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral” no CNO-Cadastro Nacional de Obras, em atendimento a IN/RFB nº 1.845/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (FISCAL DO CONTRATO)

- 18.1. O fiscal será designado, após assinatura do Contrato, mediante Portaria, para proceder à gestão e à fiscalização de toda execução do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SMTC Nº 01/2021;
- 18.1.1. A publicação da portaria de designação do fiscal será de responsabilidade do gestor administrativo;
- 18.2. O fiscal e o responsável técnico serão responsáveis por fiscalizar o efetivo cumprimento de todas as obrigações das partes contratadas e às ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.
- 18.3. A execução dos serviços será fiscalizada pela SUCOP, afim de garantir a qualidade nas obras, incluindo a abordagem e discussão junto à Contratada, das técnicas operacionais e processo de verificação dos requisitos de qualidade, que deverão incluir inspeções, amostragens, ensaios de laboratório e campo, visando a aceitação dos serviços e materiais.
- 18.4. Cabe à fiscalização, verificar se os procedimentos executivos estão sendo cumpridos, se as ferramentas/equipamentos atendem à qualidade exigida, analisar e decidir sobre novas proposições da Contratada que visem melhorar a execução. Fazer qualquer advertência quanto a alguma falha, etc.
- 18.5. A ação ou omissão, total ou parcial da Gestão e da Fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA, no que couber, da responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 19.1. A partir da data de assinatura da Ordem de Serviço, a contratada terá um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, para apresentação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor GLOBAL contratado, com validade durante a execução do contrato e mais 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo optar no art. 96, da Lei 14.133/2021: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 19.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

- 19.2.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- 19.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- 19.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a contratada deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do Contrato.
- 19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária. em favor da CONTRATANTE;
- 19.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- 19.6. No caso de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, a Administração poderá promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Capítulo VIII da Lei 14.133/21
- 19.7. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 19.8. A garantia será considerada extinta:
- 19.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.8.2. Após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, atendido o disposto no instrumento convocatório;
- 19.8.3. O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;
- 19.9. A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 19.9.1. Caso fortuito ou força maior;
- 19.9.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 19.9.3. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração;
- 19.9.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;
- 19.9.5. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na Lei 14.133/2021
- 19.10. Independente do previsto no edital e seus anexos, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso o pagamento não tenha ocorrido até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 20.1. O recebimento do objeto contratual, dar-se-ão de acordo com normas da CONTRATANTE, contidas no Termo de Referência e Processo Administrativo nº 24687/2026, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.2. O objeto do contrato será recebido:
- a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

20.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

20.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

20.5. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

20.6. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações e serão aplicadas as sanções de acordo com as situações descritas nos arts. 155 ao 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Serão aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. **ADVERTÊNCIA:** É o aviso por escrito, quando a CONTRATADA descumprir, em primeira ocorrência, qualquer obrigação contratual, ou em casos em que fique demonstrada a menor gravidade da conduta.

19.4. **MULTA:** É a sanção pecuniária que poderá ser imposta à CONTRATADA, por atraso injustificado na execução do objeto do contrato ou sua inexecução, parcial ou total e será aplicada da seguinte forma:

20.4.1. Nos casos de atraso:

a) Multa de 0,10% (dez centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços e obras, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente do respectivo item do CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO em atraso, até 30 (trinta) dias de atraso;

b) Multa de 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso, quando este ultrapassar 30 (trinta) dias do descumprimento da execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente do item do CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO em atraso, até o limite de 30,00% (trinta por cento) do valor do Contrato;

c) Multa de 10,00% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por atraso não justificado, superior a 30 (trinta) dias contados do prazo final de entrega da obra previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ajustado entre as partes, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

20.4.2 Nos casos de inexecução:

a) Multa de 10,00% (dez por cento), em caso de inexecução parcial do objeto contratado, calculado sobre o valor total do item do CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO não executado;

b) Multa de 0,05% (cinco centésimo por cento), em caso de descumprimento de cláusula contratual que não tenha multa contratualmente prevista, calculado sobre o valor total do contrato;

c) Multa de 10,00% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total do objeto contratado.

20.4.3. Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor das faturas vincendas, da execução da garantia, ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da utilização de outros mecanismos de cobrança.

20.4.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

20.4.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia útil seguinte ao do vencimento da obrigação.

20.4.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da conduta, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Não obstante, a aplicação cumulativa das multas previstas neste Contrato não poderá ultrapassar 30,00% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.5 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: É a sanção que impede temporariamente de participar de licitações e contratar com a Administração Pública Municipal, por até 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato, nem das disposições legais, em especial, nos seguintes casos:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - dar causa à inexecução total do contrato;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- VII - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;
- VIII - quando não se justificar a imposição de pena mais grave

20.5.1. A penalidade será publicada no Diário Oficial do Município.

20.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: Será declarada inidônea para licitar ou contratar, entre 03 e 06 anos, por:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- VI – também, nos casos dos incisos do subitem 20.5, quando for o caso de impor pena mais grave

20.7. Em concessão ao contraditório e ampla defesa é facultado à CONTRATADA utilizar de todos os meios legítimos para defesa dos seus interesses.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.9. As penalidades aludidas nesta cláusula, não prejudicam a responsabilidade civil e criminal da CONTRATADA.

20.10. Persistindo o atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, poderá ser aberto Processo Administrativo com o objetivo de rescisão unilateral do Contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Concorrência nº 90003/2026 e seus anexos, por meio da atualização das certidões no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma do Decreto Municipal n.º 37.611/2023

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS GARANTIAS TRABALHISTAS

22.1. A Contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, especialmente as normas de proteção, saúde e segurança no trabalho.

22.2. A Contratada deverá prevenir e erradicar qualquer forma de trabalho infantil ou análogo ao escravo, observando as seguintes obrigações:

- 22.2.1. não submeter trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 22.2.2. não empregar menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme a legislação;
- 22.2.3. não permitir que menores de 18 (dezoito) anos realizem trabalho noturno, perigoso, insalubre ou atividades constantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto nº 6.481/2008).
- 22.3. A Contratada deverá adotar mecanismos para receber, apurar e tratar denúncias de discriminação, violência ou assédio no ambiente de trabalho.
- 22.4. A Contratada responderá solidariamente por atos ou omissões de eventuais empresas-subcontratadas que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 23.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 23.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 23.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 23.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 23.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 23.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 23.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 23.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 23.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 23.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 23.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 23.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 23.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPÇÃO

24.1. As partes se comprometem a observar, durante toda a vigência contratual, as disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013, na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas correlatas aplicáveis à prevenção e repressão de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira.

24.2. As partes declaram que:

- a) Não oferece, prometeu ou prometerá, tampouco oferecerá ou autorizará, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, vantagem ou benefício indevido a agente público, pessoa jurídica de direito público ou terceiro relacionado, com o propósito de obter facilitação, favorecimento ou qualquer vantagem indevida no âmbito do presente Contrato Administrativo, oriundo da Concorrência Eletrônica nº 90003/2026;
- b) Não participa e não participará de qualquer prática que configure fraude, conluio, corrupção, lavagem de dinheiro, obstrução de investigação, improbidade administrativa ou quaisquer atos lesivos tipificados na legislação vigente;
- c) Adotará mecanismos de integridade e controle interno proporcionais ao porte da empresa e compatíveis com os riscos inerentes à execução contratual.

24.3. As partes se comprometem, ainda, a:

- a) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer irregularidade ou violação às normas de integridade, ética ou anticorrupção de que venha a tomar conhecimento no curso da execução contratual;
- b) Colaborar com as investigações conduzidas por órgãos de controle interno e externo, autoridades administrativas, judiciais ou policiais, quando solicitada, inclusive mediante a disponibilização de documentos e acesso às instalações, observadas as normas aplicáveis;
- c) Responsabilizar-se integralmente, nas esferas civil, administrativa e penal, por atos lesivos praticados por seus sócios, dirigentes, empregados, prepostos ou terceiros contratados, no âmbito da execução deste contrato.

24.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará à CONTRATADA a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive rescisão contratual, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e penais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA NULIDADE DO CONTRATO

Constituirão motivos para nulidade do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aquelas definidas nos artigos 147 a 150 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

27.1. São prerrogativas da Administração:

- I) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II) extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- III) fiscalizar sua execução;
- IV) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- V) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

- a) risco à prestação de serviços essenciais;
- b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

27.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

27.3. Na hipótese prevista no inciso I do subitem 24.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, mediante artigos 151 a 154 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

29.1 - Os serviços executados pelo CONTRATADO terão garantia pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo;

29.2 - Durante o período de garantia o CONTRATADO deverá atender aos chamados da CONTRATANTE para manutenção, no prazo máximo de 02 (dois) dias.

29.3 - As peças e componentes fornecidos e instalados pelo CONTRATADO ficam por ela garantidos como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelo(s) fabricante(s), devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal;

29.4 - Faculta-se ao CONTRATANTE verificar junto ao(s) fabricante(s) os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de o CONTRATADO oferecer garantia(s) com prazo(s) inferior(es) ao(s) utilizado(s) pelo(s) fabricante(s).

29.5 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a CONTRATANTE e acarretarão a reabertura do prazo restante da garantia;

29.6 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pelo CONTRATADO, em documento à parte, que será entregue à CONTRATANTE após a execução dos serviços e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DAS NORMAS DE COORDENAÇÃO

Deverão ser observadas e atendidas pelo CONTRATADO, as Normas de Coordenação e Fiscalização de Obras e Serviços nas Vias Públicas da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo/SEDUR.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Não se constituirá NOVAÇÃO o não exercício de qualquer direito previsto neste Contrato ou na Lei por parte da SUCOP. Permanecendo válidas e imutáveis todas as cláusulas e condições nele previstas e aceitas pelas partes contratadas.

31.2. Integram o presente Contrato, independente de transcrição: Proposta da Contratada, Edital de Licitação, sob a modalidade de Concorrência nº 90003/2026, e o Procedimento Administrativo nº 24687/2026.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município e no PNCP.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

31.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador/BA para dirimir as dúvidas, conflitos ou omissões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

31.2. E por estarem assim ajustados, assinam o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para todos os fins de direito.

Salvador, de de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SUCOP/Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXX/Contratada

ANEXO III

DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

- I. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital da Concorrência nº 90003/2026, promovido pela SUCOP, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- II. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- III. que, até a presente data, não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação na Concorrência nº 90003/2026, e que não pesa contra si suspensão ou declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL e DATA.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

.....
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, DECLARA, para fins de cumprimento do
disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto
no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999,
ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;

(Local e data) _____, ____ de _____ de 200__.

(representante legal com – nome e cargo)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ME/EPP.

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que se ENQUADRA como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

LOCAL e DATA.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

.....
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, declara para os devidos fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência - PcD, para Reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

LOCAL e DATA.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

.....
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

ANEXO VII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026-Processo nº 24687/2026	
Data de abertura:	
Empresa:	CNPJ/MF nº
Endereço:	CEP
Telefone: (DDD)	E-mail:

Apresentamos a V.S^a, nossa PROPOSTA DE PREÇOS, para prestação de serviços de assessoria técnica à SUCOP na Elaboração de Projetos de Engenharia: Infraestrutura, Contenção de Encostas, Drenagem, Construção/Recuperação de Viadutos (OAE) e projetos complementares; além de Apoio Técnico em análises de projetos e documentos técnicos, em orçamentações e/ou quaisquer outras assessorias técnicas demandadas pela Contratante que se relacionem a obras em execução ou a serem executadas pela SUCOP dentro do universo de atuação desta Superintendência, sob regime de empreitada por preços unitários, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, e o que for necessário para a execução destes serviços., de acordo com o Edital e seus Anexos.

VALOR GLOBAL: R\$ (), conforme Planilha Geral de Preços dos Serviços, anexa.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da 1ª Ordem de Serviço e de acordo com o Cronograma Físico Financeiro.

VALIDADE DA PROPOSTA: () dias corridos, a contar da data de abertura da licitação. (não inferior a 120 dias)

Declaramos que:

- a) conhece as condições de execução e as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e local das obras, e que nos preços unitários propostos, somando-se o valor global, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução dos serviços objeto deste Edital, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela Contratante.
- b) nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento de materiais, mão de obra, manutenção e operação de equipamentos e veículos, sinalização e proteção adequada, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, para fiscais, tributos, bem como o BDI, e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela contratante, necessários ao total cumprimento do objeto desta licitação.
- c) o preço proposto é de responsabilidade exclusiva da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- d) executaremos os serviços de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela SUCOP {Especificações Gerais de Serviços (EGS)/Caderno de Projetos (CP) da PMS, Projeto, Memorial Descritivo, Termo de Referência, e Especificações Técnicas da SUCOP, no que couber e ABNT}, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.
- e) a proposta foi elaborada de maneira independente pela licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- f) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- g) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;
- h) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- i) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador - SUCOP antes da abertura oficial das propostas; e
- j) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Atenciosamente,

Local e Data

EMPRESA LICITANTE/CNPJ/REPRESENTANTE LEGAL

Obs.: 1) deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.